



*EBC - Empresa Brasil de Comunicação
SCRN 502, Bloco B, nº 80
70720-502 Brasília DF
Caixa Postal 08840
Fone: (61) 3799-5200*

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO – EBC

Data – 1º de junho de 2010

Hora – 9h

Local – Rio de Janeiro

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Vamos dar início à 18ª Reunião do Conselho Curador.

Estamos hoje no Rio de Janeiro. Temos um dia cheio: pela manhã, reunião, e à tarde, a partir de 13h30min, audiência pública. Vejam o novo site. A audiência será transmitida pela internet. Ficou bem bacana.

Já temos o novo site do Conselho Curador, também, com foto de cada um, informações. Depois vejam se estão bem na foto.

A audiência pública vai acontecer na Rádio Nacional; infelizmente não deu para fazer no Ministério da Educação, por problema de áudio. É um bom espaço, um espaço histórico;

estaremos hoje no berço da televisão brasileira; espero estarmos bem inspirados para a reunião da tarde, e esperamos que haja uma boa participação do público aqui do Rio de Janeiro.

É um prédio histórico, como falei, um auditório que foi inaugurado em 1936, estatizado pelo Getúlio Vargas. Passaram por lá grandes nomes da dramaturgia brasileira. Hoje seremos nós os atores.

Ausências de hoje, justificativas, são de José Paulo Cavalcanti, Ana Fleck, Murilo Cesar Ramos e Maria da Penha.

Temos uma pauta com Abertura e Aprovação da Ata, o Parecer da Câmara de Jornalismo e Esportes, que é o Manual de Jornalismo, o outro Parecer da Câmara de Educação, Cultura, Ciência e Meio Ambiente, que são os programas religiosos; o quarto item é uma apresentação da Rede Digital, e Outros Assuntos.

Se estivermos de acordo com a pauta...

Desculpem, hoje daremos posse para dois dos novos conselheiros escolhidos por consulta pública. Saiu no Diário Oficial de Ontem os três novos conselheiros. Infelizmente a Ana Veloso não pode estar. São a Ana Veloso, Takashi Tome e Mário Augusto Jacobskind. Vamos dar posse aos dois, e a Ana Veloso, posteriormente.

Aprovação da Ata. Todos estão de acordo com os cinco pontos?

Temos um informe rápido. Hoje não terá o minuto da Ouvidoria, dado que temos muita coisa a discutir.

Vocês receberem por e-mail a cópia impressa da resolução do Conselho, com relação ao planejamento para as

eleições de 2010. Na última reunião tínhamos solicitado à Diretoria Executiva que refizesse aqueles pontos que discutimos, acrescentamos algumas recomendações. A Diretoria elaborou o novo documento, passou por todos, e agora já assinamos a Resolução nº 04. Anexo a essa resolução vai planejamento das eleições de 2010. Para os que não conhecem, para os novos conselheiros fica disponível na internet essa resolução, e cabe a nós do Conselho acompanhar o cumprimento da resolução.

Vamos à posse. Temos aqui Takashi Tome, que é engenheiro elétrico, graduado pela Unicamp, atua na área de desenvolvimento de tecnologia de telecomunicações da Fundação CPQD, e entre outros processos, contribuiu no desenvolvimento do SBTVD – Sistema Brasileiro de TV Digital, tendo coordenado a elaboração de um dos primeiros trabalhos tecnológicos na área, e na integração das pesquisas universitárias do projeto.

Seja bem-vindo. Temos grandes discussões aqui, e esperamos a sua contribuição, com certeza será muito boa.

CONSELHEIRO TAKASHI TOME – Muito obrigado pelo voto de confiança dos senhores e das senhoras. Espero poder contribuir para o crescimento do bom trabalho, tanto do Conselho quanto principalmente da EBC.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – O outro conselheiro é o Mário Augusto Jacobskind, jornalista, escritor, tendo trabalhado em diversos

veículos de comunicação. Hoje, entre outras atribuições, é colaborador assíduo do Observatório da Imprensa e membro da Comissão de Direitos Humanos e Liberdade de Expressão da ABI – Associação Brasileira de Imprensa.

Seja bem-vindo.

CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JACOBSKIND –

Queria agradecer a todos os conselheiros e conselheiras pelo crédito de confiança, e quero ressaltar que para nós, ABI, que temos uma longa tradição histórica, de 102 anos, o fortalecimento da mídia pública é um desejo, um sonho de várias gerações de jornalistas, inclusive da qual participou o então Conselheiro Mário Martins, pai do Franklin. E não só de gerações anteriores como de agora. Nesse fim de semana houve uma aprovação no Congresso de Jornalistas do Estado do Rio de Janeiro, na Carta de Cabo Frio consta o fortalecimento da mídia pública.

É isso. É importante a presença da ABI neste Conselho.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Posteriormente o Diogo estará se comunicando com vocês sobre o funcionamento do Conselho. Temos as câmaras temáticas, e espero que façam uma inserção nelas. Geralmente, cada um de nós participa de duas, porque temos muitas atividades, e então estamos tendo essa dinâmica.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Só queria dar um esclarecimento. Levei ao presidente da república a listra tríplice que foi aprovada aqui, com os três nomes para cada uma das vagas, e com os currículos. Conversamos e o presidente achou que todos os nomes eram muito bons, e me perguntou quais foram os mais votados em cada um. Apontei e ele disse vamos ficar com os mais votados, porque estão todos muito bons, e ficamos com os mais votados. Essa foi a decisão do presidente da república.

Portanto, apenas para informar a vocês sobre o critério, porque embora tenhamos decidido, e a meu ver corretamente, enviamos por ordem alfabética, não criamos constrangimento, porque é uma decisão do presidente, ele define a partir da escolha daqui, como julgará melhor compor o Conselho. Na verdade ele acabou adotando aquilo que já havia sido a proposta inicial do próprio Conselho.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Obrigada, Ministro.

Vamos ao parecer da Câmara de Jornalismo. Esse tema já estava na pauta anteriormente, e foi retirado porque estávamos com muito acúmulo de pauta na reunião anterior. É um parecer sobre a confecção do Manual de Jornalismo da EBC, e pedimos ao Conselheiro Roberto Seabra para apresentar esse parecer a todos nós. Depois abrimos para as discussões.

CONSELHEIRO MANOEL ROBERTO SEABRA

PEREIRA – Bom dia. Parecer 02, de 2010, da Câmara Temática de Jornalismo e Esportes, Manual de Jornalismo.

Motivada por manifestação de leitora da Agência Brasil, sobre a utilização do “off” pelos veículos da empresa, enviada à Ouvidoria da EBC em 18 de fevereiro de 2010, a Câmara de Jornalismo desse Conselho Curador, composta pelos Conselheiros Paulo Derengoski, Murilo Cesar Ramos, Ana Luiza Fleck Saibro, Manuel Roberto Seabra e Lourival Macedo, refletiu, por solicitação da presidência do conselho, sobre a necessidade e pertinência da produção de um Manual de Jornalismo que atualize e supra possíveis lacunas do manual atualmente em vigor, publicado em 2006, no âmbito da extinta Radiobrás.

Após reflexão inicial, a Câmara de Jornalismo compreende que as regras, normas e diretrizes éticas e estéticas para produção do jornalismo para o público da EBC, devem resultar de debate amplo e transparente que culmine na produção de um novo Manual, adequado aos imperativos da prática de um jornalismo público de qualidade, que responda aos princípios estabelecidos na Lei 11.652 de 2008.

Embora se reconheçam virtudes no Manual em vigência, o próprio fato de ele permanecer em vigor atesta suas qualidades, é notória que a empresa para o qual foi produzido, a Radiobrás, possui caráter e finalidade diversos da EBC.

O estabelecimento de novos parâmetros para a prática diária de produção e difusão de informações visa, em primeiro lugar, dar aos profissionais da empresa, diretrizes objetivas a partir dos novos paradigmas estabelecidos para o serviço. Em segundo lugar, permitirá ao público apropriar-se desses mesmos parâmetros

para avaliar e fiscalizar, de modo permanente, o jornalismo praticado pelos diferentes veículos da EBC, contribuindo para o seu constante aperfeiçoamento.

Sob essa perspectiva, a Câmara de Jornalismo sugere a este Conselho Curador a publicação de Resolução específica que indique à Diretoria Executiva da EBC a apresentação de um planejamento para discussão e produção de um manual de jornalismo da EBC. Tal planejamento deve prever um calendário com as etapas necessárias à formulação participativa desse novo manual, de forma que o mesmo seja fruto de um amplo debate interno, com este Conselho Curador, com os trabalhadores da empresa e com os ouvintes, telespectadores e leitores dos veículos da EBC.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Está em discussão. Alguém quer se manifestar?

Tereza, primeiro.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Bom dia a todos. Também quero dar boas-vindas ao conselheiro. Tenho certeza que o Conselheiro Takashi tem muito a nos ajudar com o seu conhecimento. Estamos, exatamente agora, no começo. Aqui são muitas tarefas, conselheiro, uma fila; e nesse momento até estou pedindo a alguns parceiros, estou investindo muito na busca de parceiros para desenvolver aplicativos de interatividade, nossos três canais digitais, e quero muito explorar a

sua competência.

E ao Mário Augusto, por sua trajetória no jornalismo, somos velhos amigos, trabalhamos juntos na imprensa alternativa, na imprensa de resistência à ditadura, trabalhamos juntos no Jornal Versus. E agora vamos fazer aqui na TV Brasil, Mário Augusto, um conteúdo, um programa sobre a imprensa alternativa, que está em curso, aquele projeto, Instituto Vladimir Herzog.

Rapidamente, sobre o Manual. Tivemos essa discussão há alguns meses atrás, internamente, mas acabou prevalecendo o entendimento de que era preciso, ainda, consolidar mais as equipes e o trabalho de implantação de produtos, como os telejornais, etc.. A hora é importante, sim, até porque esse momento de implementação da resolução sobre a cobertura do período eleitoral, está propiciando um bom debate. Tenho ido às redações, presidente, fazer a discussão desse documento, que estamos chamando de Plano Editorial e de Cobertura. As equipes têm entendido que é importante ter uma normatização, e está produzindo um bom debate interno, para que possam realmente ser seguidos. Tivemos até dois incidentes com um candidato, que me propiciou dizer que essas normas estariam, em breve, em vigor. Teve um mal entendido, que a Folha fez aquela matéria dizendo “depois de incidente, TV Brasil...”; até sua manifestação foi muito oportuna, publicada pela Folha de S. Paulo.

Agora, quanto aos prazos, queria só lembrar ao Conselho o seguinte: não fizemos até agora, agora é um ano eleitoral, estamos com uma agenda de trabalho cheio, é um ano muito conturbado para o jornalismo, em si, por causa da cobertura. Não sei qual calendário que o Conselho vai propor, ou se nós é que

vamos propor. Penso em criar uma comissão interna para fazer os primeiros encaminhamentos.

Com este calendário, o Conselho terá que nos dar um período mais flexível, porque é muito complicado conduzir, neste momento em que o jornalismo está todo absorvido em cobrir Copa do Mundo, cobertura eleitoral em seguida. Serão meses de muitíssimo trabalho. Devemos deflagrar a discussão, mas não entendo que o Conselho possa nos pedir isso a curtíssimo prazo. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Gostaria, então, de sugestões de prazos. Quanto tempo você acha factível, Tereza? Seis meses, ou mais um pouco?

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Acredito se deve colocar um *dead line*, e devemos nos antecipar. Temos cinco meses até outubro, e nesses próximos cinco meses, os senhores sabem, o país estará em plena ebulição eleitoral e isso nos demandará muito movimentação, fazer reuniões para debater, viagens, cobertura, além de telejornalismo, temos todos os nossos programas...

O plano aprovado exige muito trabalho, o plano é consistente. Ele exige interprogramas, ele exige programas especiais e exige telejornalismo. Se fixar seis meses, tentaremos cumprir dentro desse tempo. É razoável.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Não considero essa questão do prazo a mais relevante. Na verdade já se possui um manual em vigor, que é um bom manual, tem limitações, mas não está à deriva. O manual é um bom manual. Até discordo de coisas aqui e ali do manual, mas ele é um bom manual. E acho que não devíamos ficar com uma pressa, de que tem que fazer o manual logo. Sinceramente, acho que não vai fazer em seis meses. Devíamos colocar o prazo de um ano, alguma coisa assim. É um coisa para se discutir bem, até porque não é apenas fazer um manual. O manual da Radiobrás, não sei se a maioria dos conselheiros conhecem, ou já leu o manual da Radiobrás, mas embora ele tenha limitações, ele tem uma perspectiva pública, não tem uma perspectiva estatal, o que acho muito positivo. Ele é um bom ponto de partida.

Tem algumas coisas que precisávamos ir além, e se fizermos num prazo muito curto não vamos fazer além. Permitam-me uma pequena digressão. O jornalismo está vivendo, no mundo, um momento de mudança extremamente significativa, os padrões de jornalismo, o modelo básico de jornalismo, e isso desde o século XIX, é um modelo vertical, onde temos um núcleo na redação, que produz informação – um núcleo ativo que produz informativo para uma massa de consumidores passiva. Esse modelo, conforme brinco, a “era do aquário”, está sendo substituído pela Era da Rede. Isso não quer dizer que acabarão os espaços públicos, o jornalismo, os jornais. Podemos ter discussão de meios, mas os

princípios, os valores, etc. continuaram em vigor. Mas isso significa que a forma de fazer jornal é diferente, porque estaremos o tempo todo tendo não mais uma massa de consumidores passivos de informação, mas uma massa de leitores, telespectadores, ouvintes que ao mesmo tempo é consumidor, ao mesmo tempo é crítica, ao mesmo tempo é produtora de informações. Ninguém tem resposta sobre como deve ser o manual que não é mais o manual da “era do aquário”, e o manual da Era da Rede. Mas é uma discussão complexa. Por isso mesmo não devemos querer rapidamente fechar um manual, temos que entender que a comunicação pública já leva uma vantagem sobre a comunicação privada porque ela já tinha uma abordagem mais respeitosa, menos de cima para baixo, menos arrogante com o seu leitor, o seu telespectador, etc. Mas não temos, ainda, bem resolvido como as novas ferramentas que permitem interação, etc., nos permitem fazer com que o espaço público seja mais público, sem também ser capturado pelos grupos organizados. Isso é fundamental. A maioria das pessoas que interagiram disseram isso e vamos fazer, não ser capturado, quer dizer, temos que ter uma visão pública que vá além disso, etc. Mas ao mesmo tempo tem que ter mecanismos para isso aí.

É uma discussão complexa, interessante, apaixonante e não devíamos ter uma preocupação de fechar muito a curto prazo. Um ano seria um prazo razoável para isso.

CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI –

Como membro da Câmara de Jornalismo, gostaria de concordar com as palavras do Ministro Franklin Martins, no sentido de que realmente já temos os primeiros passos dados nesse sentido, há

muito tempo, que é o manual da Radiobrás. Creio que o prazo deva ser mais longo. Proponho objetivamente que tenhamos um ano a partir de hoje, o prazo para terminar esse trabalho. Tudo aquilo que é feito com pressa termina sendo malfeito. O que é feito com mais tempo será mais bem feito. A própria Câmara de Jornalismo, até agora, teve uma ou duas reuniões só, e terá dificuldade, nesse período de seis meses, para produzir algo mais objetivo.

E os manuais são flexíveis. Vamos ter, nesse período de final de ano, uma experiência muito grande com as eleições; todos os jornais hoje têm manuais de redação que vão mudando, o Manual da Folha, o Manual do Estadão, o Manual da Zero Hora, tudo aquilo vai rapidamente se transformando de acordo com as transformações da própria mídia, com bem explicou o nosso ministro.

Proponho, para a nossa Câmara de Jornalismo, e para o Conselho, que seja o prazo de um ano a partir de hoje. Obrigado.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

(Ministro de Estado da Cultura) – Concordando com tudo que foi dito, não seria bom pensarmos além do prazo, um método de como construir esse Manual? Por exemplo, não seria bom abrir um debate sobre as regras do jornalismo público? Talvez até fazer um processo de consulta, deixar uma espécie de uma parte do site da EBC para encaminhamento dessa discussão, convidando pessoas para se manifestarem, e outras entrarão espontaneamente. De qualquer jeito, considerando que é muito importante para o sucesso do jornalismo público as regras de funcionamento, para que não

seja nem tentado mimetizar o jornalismo das emissoras comerciais, nem tentar aproximar demasiadamente de defesa do Governo, e também de não ficar o tempo inteiro com complexo de culpa tentando mostrar que não é chapa branca, e acaba criando um tipo de objetividade estranha.

A construção disso, talvez seja produto de um bom método, um bom processo de reflexão. Já que teremos um prazo alargado, que parece há concordância, poderíamos pensar num bom método que mobilizasse a sociedade, ou pelo menos parte dela para pensar do que estamos falando quando falamos numa objetividade pública e na responsabilidade do jornalismo público.

CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JACOBSKIND – O que o Ministro Juca colocou é muito importante. E lembro que todo manual de jornalismo é complexo, requer tempo e ainda mais agora, como ressaltou o Ministro Franklin, que estamos entrando praticamente num novo mundo. Nesse sentido queria concordar; até acho que o prazo de um nem é tão longo, pode ser até mais elástico, porque estamos entrando numa nova era.

Só queria, a título de informação, saber quando foi elaborado esse manual que está em vigor. Em 2006? Em quatro anos houve mudanças.

Nesse sentido, seria um ano ou mais.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Compartilho das preocupações, idéias que já foram expostas. Penso que realmente não se trata de fazermos mais um manual.

Apreciei muito a intervenção do Ministro Franklin e do Ministro Juca. Penso que deveríamos, na metodologia de construção dessa alternativa de manual, talvez criar uma primeira etapa, em que questões mais gerais, diria filosóficas, em relação ao tempo que vivemos, às transformações pelas quais a mídia está passando, o impacto que isso tem na questão maior dos valores que devem ser observados, essa questão do público e do estatal, ainda muita gente confunde o que é público e o que é estatal. Temos uma tradição de público, no Brasil, muito estatizado. Aliás, não só no Brasil, em todo mundo. É relativamente recente essa insistência em procurar distinguir as duas coisas.

Creio que talvez fosse o caso de fazermos uma primeira etapa da discussão desse manual, procurar fazer da discussão desse manual um pretexto para discutir questões bem mais gerais, e que vão, inclusive, informar não apenas a construção do manual, mas a prática geral do Conselho, que tem como objetivo efetivamente representar o contato da sociedade com o controle da sociedade com a EBC. Penso que poderíamos realmente fazer essa discussão, e explicitar isso desde o início, fazer dessa discussão um processo de reflexão mais geral. Penso que a Câmara de Jornalismo tem um papel dinâmico nessa história; numa primeira etapa ela poderia suscitar encontros com intelectuais, com gente de maior experiência para discutir essas questões, publicar no nosso site, indicar no site que essa discussão está em aberto, que estamos recebendo propostas. Essa discussão vai estar sempre muito presente no bojo da campanha eleitoral, porque é um momento, realmente, muito delicado, em que todas essas coisas aparecem com muito vigor, e vão aparecer.

Isso pode enriquecer a nossa discussão, e o prazo de um ano deve ser fixado, mas com valor indicativo, não burocraticamente, temos que ter um manual em um ano. Com um valor indicativo para termos um parâmetro, mas o que nos importa, a meu ver, é mais essa discussão geral que pode ser, e deveria ser, muito enriquecedora para o nosso Conselho.

O SR. LAURINDO LEAL FILHO (Ouvidor Geral) – Queria apenas oferecer uma contribuição para essa discussão. Tive a oportunidade de escrever um livro sobre o Serviço Brasileiro da BBC, contando sua história; e nesse livro, uma parte dele, quase a metade dele, acabei também incorporando as regras editoriais, os padrões editoriais da BBC, que foram traduzidas pelo Serviço Brasileiro, e fiz uma adaptação, porque haviam coisas muito específicas, uma adaptação para servir de base para discussão no Brasil. É interessante, porque além das questões filosóficas mais gerais, de como uma empresa pública trata determinadas questões. Eles descem a detalhes do dia a dia, do cotidiano das redações. Por exemplo, como é que se trata um seqüestro, como cobra um seqüestro sem dar voz ao seqüestrador, enfim, pequenos detalhes que podem ajudar. Tratam também das coberturas, das campanhas eleitorais na Inglaterra. Como tenho uma reserva técnica em casa, vou oferecer, pedir ao Diogo que faça essa repartição entre os conselheiros. Pode ser um ponto de apoio para nossa discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Obrigada. Ministro.

CONSELHEIRO SÉRGIO MACHADO REZENDE

(Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia) – Essa discussão é interessante, como muitas outras que tivemos aqui. À medida que as pessoas vão falando, vão enriquecendo as idéias. Quero fazer uma consideração sobre essa questão do prazo e da metodologia. Um ano já é um pouco longo, e mais ainda é simplesmente deixar: alguém vai fazer isso daqui a um ano. Até porque não sabemos se estaremos aqui, daqui a sete meses. Vários de nós. Não estarei, com certeza.

Essa idéia do Daniel, combinado com o que foi proposto pelo Ministro Juca, é muito interessante, ou seja, o manual que vai ter o detalhe, como tem o da Radiobrás, ele seria para daqui a um ano. Mas nesse ano, já que as cabeças estão pensando, se discutir exatamente os princípios, as idéias, o que é importante, no ponto de vista de princípios.

Então queria endossar essa proposta do Conselheiro Daniel, de fazer a discussão por partes. E nessas partes, nos próximos meses, que serão meses importantes, porque a época eleitoral tem isso, tem uma desvantagem que as pessoas, às vezes, ficam emocionais e não conseguem pensar direito; mas por outro lado são motivadoras, porque as pessoas estão concentrando suas energias, assim por diante, em termos de pensar o futuro, e propor coisas para o futuro.

Queria endossar essa proposta, de em seis meses se fazer uma discussão sobre o principal, não o manual, mas sobre as idéias básicas. E naturalmente, em um ano, ter o manual detalhado.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Bom dia, Conselheiro João Jorge. Tudo bem?

Queria dizer algumas coisas sobre tudo que foi dito. Comecei dizendo que precisávamos de algum prazo por causa do momento eleitoral, e o momento eleitoral está regulamentado. Isso está tranqüilo. Não queria um prazo exíguo.

Agora, que o manual faz falta, faz muita. Embora tenha, como o Ministro Franklin falou, uma orientação de comunicação pública, que foi dada na gestão do Eugênio Burti, Garcez participou, ele é de uma empresa que era de comunicação governamental, mas tem uma lógica de comunicação pública. Mas ele ficou pouco reconhecido, hoje, dentro da EBC. Penso que precisamos, pelo menos, decidir uma questão, e aí devemos falar, assim, olha, está em vigor. Oficialmente isso nunca foi feito. Tem ali o Lourival... Nunca oficializamos isso, o vigor do Manual de Redação da Radiobrás. E há uma questão ali, que é a questão que a Câmara de Jornalismo levantou, o Manual de Jornalismo da Radiobrás veda o uso do “off”. A Diretora de Jornalismo, Helena Chagas, na época propôs a suspensão desse artigo, e fizemos isso informalmente, porque achamos que o “off” é uma ferramenta importante do jornalismo, precisava ser regulamentada melhor, nem tanto ao céu nem tanto à terra. Mas essa questão está em aberto.

Queria pedir ao Diretor Gerson Barrey, pois tem uma providência de TI importante, que é dar acesso ao Conselho a nossa intranet. A primeira etapa dessa discussão é dentro da EBC, e então não pode ser pelo site, porque senão abrimos uma discussão pública quando ela ainda não venceu em casa.

Deveríamos abrir um espaço de discussão. Tenho dito que precisamos fazer mais debate interno, convidar pessoas, ler artigos. Se não formarmos as equipes da EBC com perspectiva de longo prazo, não vamos avançar. Tenho muita preocupação, porque está chegando fim de ano, hora de irmos embora, e penso nisso, em deixar a EBC muito institucionalizada, inclusive com o início da formação das pessoas que vão ficar na empresa.

Nesse sentido, acho que podíamos deflagrar um processo interno, o Conselho pode acompanhar pela intranet. É possível abrir a intranet para os Conselheiros? Lá damos muita notícia sobre a EBC, acompanha essa vida interna, escrevemos algumas coisas sobre comunicação pública; é a página de comunicação interna da Empresa, mas ela pode ser útil ao Conselho. E ali criaríamos um espaço de discussão desse assunto para ele não ficar, como disse o Ministro Sérgio Rezende, para as calendas. Podíamos, dentro desse horizonte, sustentar esse debate.

Mas é preciso fazer uma resolução da Diretoria Executiva da EBC, por orientação do Conselho, reiterando a validade do Manual de Redação da Radiobrás, no seu inteiro teor, ou não, ou excepcionalizando alguma coisa, como o uso do “off”. Como o uso do “off” está vedado no plano eleitoral, neste momento acho que ele devia permanecer, acho mais seguro para o jornalismo público manter o Manual da Radiobrás no seu inteiro teor, até que possamos deflagrar essa discussão internamente. Devemos, dentro do possível, fazer essa discussão.

Fiz dois bons debates, um em São Paulo e outro em Brasília, sobre a norma do conselho. Vou continuar indo às

redações essa semana para discutir o documento do conselho, a resolução do conselho. As pessoas têm interesse, devemos sustentar o debate mantendo esse horizonte de um ano, mas na etapa interna apenas. E proponho isso, que haja uma resolução a respeito do Manual da Radiobrás, porque não há uma resolução nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Estamos tentando fazer uma síntese. Tem a proposição de termos, no Conselho, se entendi bem, Daniel, de que haja um espaço de reflexão no Conselho, por meio da Câmara de Jornalismo. O Ministro Juca propôs uma consulta pública, talvez colocar...

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (Ministro de Estado da Cultura) – É a mesma coisa que ele propôs. Ele amadureceu a minha proposta. Seria considerar a construção desse manual tão importante quanto o resultado, porque é uma forma de amadurecer a EBC, a sociedade, sobre o que é jornalismo público, o que é isenção, que conjuntura vivemos no mundo, quais são os aportes dessas mudanças para o aprimoramento do jornalismo. Tem uma discussão geral que é importante para conceituar, não só porque ela produz luz sobre o tema, mas como ela agrega, ela politiza, ela explicita coisas que no Brasil ainda não estão devidamente amadurecidas porque a nossa democracia é muito jovem.

É a questão do método. Ele sugeriu um processo, que acho muito bacana. E só complementar, já que estou com a

palavra, me desculpem estar usando esse recurso, mas a fala da nossa Tereza, se houver alguma coisa inaceitável ou que deve ser mudada agora, que é clara, deveria ser visto, do atual. Faríamos um arrazoado de por que estamos fazendo isso. No caso do “off”, creio que ela tem toda razão, não sei se tem outros aspectos. Adota ele durante um tempo. Também concordo, como o Ministro Sérgio Rezende, que muito tempo pode virar problema. Não vamos fazer isso de uma vez só; fazemos um manual e aquele manual imediatamente entra em processo de execução e reflexão para amadurecimento, e vamos passar a vida aprimorando as regras. Um ano talvez seja até demais. Mas vamos pensar. Foi a única proposta de tempo explicitada aqui. E durante esse tempo adotamos uma metodologia, onde sugeri, é a única coisa que gostaria de ressaltar, a possibilidade de participação pública, que o debate seja absolutamente explicitado e a própria empresa cuide disso no seu site.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Existe a parte pública, mas temos que vencer o debate interno primeiro. Se não levamos a própria empresa a incorporar, se misturar o debate externo... Primeiro, é uma empresa de jornalistas, e se não conseguirmos impregnar essa discussão internamente, aí vamos com ela para a rua e podemos misturar. Temos essas duas etapas.

Só queria relembrar outra coisa. Há certa pressa numa questão, pois a empresa pública de comunicação deve dar o exemplo da implementação do acordo ortográfico, o Manual não reflete o acordo ortográfico, o Brasil não assinou o acordo

ortográfico para não cumprir; e todo dia alguém me pergunta como é que vai escrever Joanesburgo. Tem coisas técnicas que precisamos enfrentar.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

(Ministro de Estado da Cultura) – Presidente, posso? Sem querer montar uma discussão paralela, acho que a empresa pode e deve discutir, mas não veria duas etapas, se não a empresa consolida uma visão internamente, vamos supor, e a discussão pública caminha em outra direção. Penso que essa dimensão de enfrentar um debate público amadurece internamente a empresa. Preparar a empresa para participar do debate público, pode até o debate público ser aberto com um documento elaborado pelos jornalistas e pelo segmento da empresa.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Dando uma de PSD Mineiro, vou tentar chegar a algo intermediário, porque acho possível chegar a alguma coisa intermediária. O que proponho? Pegando a idéia final do Juca, acho que deve partir do corpo, do Departamento de Jornalismo da EBC, uma primeira discussão, que não é uma discussão de detalhes, mas uma discussão dos conceitos, do princípio, da filosofia; até discussão sobre quais são os temas que precisamos discutir. Creio que podíamos fixar um prazo de três meses, que internamente a EBC, e pode ter uma participação de membros do Conselho, mas fundamentalmente não é o Conselho, é quem está lá com a mão na massa fazendo diariamente, onde se

procura fixar isso, se produzir um documento em que se fixe isso. Essa seria uma primeira coisa, que pode ir até agosto.

Depois, de agosto até novembro, abre essa discussão sobre esses conceitos gerais. E proponho se procurar trabalhar, para fazer, em novembro, um seminário sobre comunicação pública trazendo as experiências internacionais, trazer a BBC, trazer a francesa, trazer a TPV, onde funciona, onde não funciona, algo que seja para a EBC, mas que seja de alguma forma aberta ao público. E aí temos que ver como fazer isso, onde vai se procurar o quê. Ao final desse processo, que seria em novembro, consolidar quais são os conceitos e princípios que temos que adotar, e a partir daí acho que volta para uma segunda fase, dentro da EBC, que é a fase de traduzir isso em miúdos. Não é uma coisa automática, aí é que “porca torce o rabo”, tem que se dar um prazo. E aí pode ser uma coisa aberta, porque os conceitos já ficaram mais fixados.

Acredito que é uma forma intermediária, que podemos adotar. E aí podemos fixar o prazo de um ano, e se depois precisar estender um pouco... Mas evitamos esse negócio de deixar para lá, já colocamos um cronograma de trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Todos concordamos com a proposta?

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Concordo integral, mas só teria uma pequena sugestão, que seria associar, nessa primeira etapa, ao trabalho de reflexão da EBC, os nossos conselheiros da Câmara específica, que inclusive

suscitaram toda essa discussão. Penso que eles poderiam ser associados a essa discussão.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

(Ministro de Estado da Cultura) – E essa questão técnica que a nossa Tereza levantou? Creio que é ponto de partida.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Aqui ela propõe, na verdade, que haja a validação por este Conselho. O Conselho teria que discutir um pouco como faria isso, porque teria, talvez, que a Câmara de Jornalismo ler, conhecer o atual Manual e em cima dele fazer uma proposta para a próxima reunião. Para a próxima reunião só temos dois pontos de pauta até agora, que é o Regimento da Agência Brasil, e poderíamos acrescentar mais esse.

CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI –

Quero dizer, como membro da Câmara de Jornalismo, que o ponto de partida, concordo com a Diretora Tereza, tem que ser necessariamente o da EBC. A Câmara de Jornalismo está recém se estruturando, e ela vai mais inclusive aprender muita coisa com a estrutura da EBC, para depois auxiliar, nessa sugestão do Conselheiro Daniel Aarão, para essas elaborações filosóficas. Eminentemente tem que se partir de um princípio técnico, dos conhecedores do assunto, daqueles que estão diariamente trabalhando com o assunto, que é a estrutura da EBC.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Volto à Câmara, então, para que acrescente mais essa discussão sobre o atual manual. Está Ok?

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Posso fazer um PSD do B aqui, querendo complementar a proposta do Ministro? O cronograma é bom, mas acho que o Conselho poderia incluir na resolução a validade do Manual de Redação até a conclusão do Manual da EBC. Em matéria de deontologia, ele é ótimo – fundamentos éticos, fundamentos morais.

Agora, tem uma coisa que queria propor acrescentar a esse cronograma: as normas de redação. Aí não tem deontologia, não tem ética, essas coisas de regras editoriais, mas a coisa gramatical. Vamos adotar de uma vez por todas o acordo ortográfico ou não. Estou precisando disso.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS (Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Por que você não faz isso? Não creio que certas coisas precisam passar aqui.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Vamos ter que fazer isso, porque as pessoas estão confusas. E acho que isso não passa aqui. O Manual de Redação da Radiobrás também tem a parte técnica de redação, como todo jornal tem, todo veículo de comunicação tem; tem lugar que se

escreve os nomes das capitais mundiais do jeito original, tem outros jornais que adotam aportuguesado; e aí é uma série de regras. Tem jornais que estão adotando o acordo ortográfico parcialmente, estão derrubando o trema, não sei o que mais, e o hífen, e o acento diferencial agudo. Tem uma série de coisas, que são técnicas, que não precisam vir ao Conselho, mas que estamos precisando resolver. Mas isso ficou tudo amarrado nessa grande discussão, porque estão dentro do Manual de Redação, e alguns estão seguindo o Manual de Redação e outros não. A resolução de adotar o manual deve excepcionalizar a questão de norma de redação. As coisas editoriais ficarão para esse novo manual, porque está tudo velho no Manual da Radiobrás, em relação à evolução da língua, essa língua tão viva que toda hora em mudança; tem um monte de aprendizado para fazer. Ontem preparava para a audiência pública, a palavra longametragem. Não é mais para usar hífen. Está difícil.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Hoje vi antessanção na Folha, uma coisa esquisitíssima, eu achei. Mas está escrito certo.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Se o Conselho concordasse, vamos tocar esse trabalho gramatical, digamos assim, ortográfico-gramatical; e tocar as discussões dentro do cronograma que o Ministro Franklin fala, com outro horizonte.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Pelo cronograma, seria agosto a novembro, a discussão dos princípios, com um documento vindo da Diretoria Executiva.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS (Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – A minha proposta é que em agosto, um documento interno produzido a partir das discussões, não quer dizer só com Diretoria Executiva, mas com funcionários, etc., fixe mais ou menos os conceitos, quais os assuntos que seriam discutidos. De setembro a novembro abrimos a discussão pública com isso; fecha essa fase com um seminário em novembro, com aquele caráter. E a partir daí se abrem as discussões para uma coisa já da regra, dos detalhes, artigos etc.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – De setembro a novembro, com eleições... Abrimos a discussão justo nessa época, sobre jornalismo... Reta final da campanha eleitoral. Preferia que fosse um pouco mais, deixa passar o primeiro turno da eleição, até porque isso vai criar leituras...

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS (Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Fazemos de novembro a janeiro. O seminário fica meio que consolidando.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Não é nem pela trabalhadora, mas estar discutindo isso no meio do ruído eleitoral.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Portanto, documento até novembro,

Mais alguém quer se manifestar?

Vamos a outro ponto de pauta, bem mais polêmico do que este. Também suscitado a partir dos relatos da Ouvidoria, e já com a Câmara de Educação, Cultura e Meio Ambiente, já em andamento, assim como a Câmara de Jornalismo; iniciamos o processo de contar, inclusive, com o apoio acadêmico para fazer a análise da programação.

Levamos à Câmara de Educação, Cultura, Ciência e Meio Ambiente, a questão dos programas religiosos, e aqui tivemos um longo debate na primeira reunião, e o nosso querido Professor Daniel é nosso relator, e vai apresentar o parecer para todos, que já tiveram conhecimento.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Esse parecer já circulou pelos conselheiros. Não sendo ele longo, e dando ele base para nossas discussões, vou me permitir lê-lo, porque ele resume bem as nossas discussões.

O Brasil é um país profundamente religioso. Ninguém o

discute. Trata-se de um fenômeno que acompanha a nossa história desde os tempos coloniais, quando ainda nem existia o Estado nacional brasileiro.

Religiosidades distintas sempre atraíram e continuam a atrair a devoção de dezenas de milhões de pessoas, católicos, protestantes, evangélicos, umbandistas, devotos do candomblé, espíritas, judeus, muçulmanos, sem contar inumeráveis cultos e religiões menos disseminados, porém presentes e atuantes, atestam a religiosidade do povo brasileiro.

Tais religiões freqüentemente encontram-se entrelaçadas, não constituindo exceção pessoas que se permitem cultivar mais de um culto religioso, ou cultos que ecleticamente reúnem referências de mais de uma confissão religiosa.

A descrença religiosa também existe, sob a forma do ateísmo, uma forma específica que muitos, embora minoritários, constroem em relação à religião, mas que diz respeito também ao fenômeno religioso, até pela raiz etimológica da palavra.

Em virtude dessas circunstâncias, é de fundamental importância que a TV Brasil e os demais veículos da EBC considerem as religiões e o fenômeno religioso através de programas que reflitam sobre e discutam o tema com a profundidade e o respeito que o mesmo merece.

No entanto, parece-nos impróprio que os veículos públicos de difusão concedam espaços para o proselitismo de religiões particulares, como acontece atualmente com os programas que vão ao ar, na TV Brasil, aos sábados e domingos, dedicados à difusão de rituais ou de proselitismo que favorecem a religião católica e a segmentos de outras religiões cristãs.

Tendo-se em vista o caráter plural do mapa religioso brasileiro, como já referido, trata-se de uma injustificada regalia a religiões particulares, por mais importantes que sejam, por maior respeito que mereçam. Em tese, tais regalias atualmente vigentes, só seriam corrigíveis e atenuadas se todos os cultos e religiões recebessem espaços equivalentes, o que seria obviamente inviável.

Considerando essas razões, a Câmara de Cultura, Educação, Ciência e Meio Ambiente propõe ao Conselho Curador que aprove as seguintes diretrizes:

1 – A TV Brasil e os demais veículos da EBC desenvolverão programas para debater e discutir o fenômeno religioso brasileiro, latino-americano, e em âmbito mundial, de um ponto de vista plural, assegurada a participação a todas as confissões religiosas, e aos ateus.

2 – Esses programas não se dedicarão a proselitismos de nenhuma confissão religiosa em particular, permitida, no entanto, quando couber, a apresentação de rituais religiosos, desde que os mesmos ensejem reflexões e debates sobre o fenômeno religioso.

3 – Tais programas, em formato a ser definido, ocuparão aproximadamente o espaço de tempo atualmente concedido a confissões religiosas específicas.

4 – Um prazo a ser determinado pelo conselho será concedido às atuais confissões religiosas que ocupam o tempo da TV Brasil, ou de outros veículos da EBC, para que possam redefinir e realocar, onde considerem conveniente, os atuais programas.

5 – Nesse prazo a direção da TV Brasil organizará um *pitching* sobre programas religiosos, segundo os parâmetros

traçados por essa resolução.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Acredito ser importante o Conselho conhecer a origem dos programas religiosos. Eles estavam na grade da antiga TV Educativa do Rio de Janeiro, a partir da qual, em fusão com a grade da TV Nacional de Brasília, fizemos a primeira e original grade da TV Brasil, grade essa que vem sendo constantemente renovada, e o único lugar realmente intocado foram os programas religiosos. Só não mexemos até agora em dois pontos da grade, os programas religiosos – e vou explicar porque – e a faixa educativa que merece uma discussão em outro momento, que continuamos exibindo os dois telecursos e os Tecendo Saber. Queria trocar eles. Acredito que ninguém mais vê telecurso, mesmo no meio rural. Penso que telecurso é uma forma de programa educativo superado. Creio que hoje estamos falando de educação no sentido lato, porque o acesso à Ensino Fundamental hoje é praticamente universal, eles são de outro tempo em que se usava a televisão como complemento da universalização da educação.

Prospectando junto às TVs educativas de outros países, tem até algumas ofertas, colocar um curso de espanhol, colocar um curso de inglês, colocar um curso profissionalizante, fazer uma grade educativa em outro sentido, mais contemporâneo. As pessoas precisam aprender línguas, precisam aprender instrumentos outros para se relacionar na sociedade, se profissionalizar. E aí mexeríamos naquelas duas faixas, que são os dois telecursos, Primeiro e Segundo Grau, e o Tecendo Saber. O Tecendo Saber é um conteúdo muito bom, feito pela Fundação

Roberto Marinho com apoio do MEC. Em suma, acho muito bom o Tecendo Saber.

Mas a outra faixa que nunca mexemos, porque não houve essa discussão no conselho, é a religiosa. Tentamos num momento, começar a discussão pela Santa Missa, e o Arcebispo quase nos excomungou, foi uma coisa muito violenta muito violenta. A Missa tem trinta anos aqui nessa televisão do Rio de Janeiro, na antiga TVE. Não vai ser fácil.

E a antiga TVE começou a incorporar outros programas e alguns pagavam. Como era uma televisão com receita deficitária, com muito pouca receita, alguns pagavam hora, e assim surgiram alguns evangélicos. Hoje não recebemos nada, de ninguém, por isso. Agora, a Igreja Católica, fiz uma proposta em certo momento. Dom Damasceno me procurou para oferecer a Missa de Aparecidas, e achei, a Diretoria, que era uma boa troca, porque sairíamos da tradição de trinta anos com a Arquidiocese do Rio de Janeiro, que é por demais conservadora, e íamos transmitir a de Aparecida, dentro de outro tipo de acordo. Faríamos um acordo por um ano, com o Dom Damasceno, depois a gente não renovava.

Agora, não gosto da idéia de fazer programas sobre religiões, não gosto. Creio que a diversidade, conselheiro... Sou apenas uma cumpridora de ordens do conselho, mas acho que a diversidade inclui a diversidade religiosa. Mas tenho direito a voz aqui no Conselho, não voto.

Creio que a diversidade inclui a diversidade religiosa, e sendo a TV pública um serviço público, deve oferecer a diversidade religiosa, segundo critérios. Hoje não há diversidade religiosa ali. A Missa é um dos programas de mais audiência da TV Brasil. Podem

olhar os mapas. Quer dizer, essa discussão precisa ter um olhar antropológico também, com outro viés, para a religiosidade do povo brasileiro. Não acho herético, não acho que o estado é laico... O estado é laico, o serviço público é outra coisa. Em suma, tenho algumas opiniões um pouco diferentes sobre isso. Acredito que deveríamos construir uma faixa ecumênica, uma faixa de ecumenismo, aos domingos, seguindo algum critério sociológico.

Falando em sociólogos, bom dia, Conselheiro Paulo Cesar.

Creio que tem que ter algum critério sociológico. Por exemplo, quais são as religiões predominantes? Essa é até uma discussão que houve na diretoria executiva, e acho que sou minoria lá. A expressão da diversidade passa também pela diversidade cultural, diversidade étnica, diversidade regional, e diversidade religiosa está incluída nisso.

Obrigada, presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Agora temos mais dois inscritos, o Lourival e o Ministro Juca.

CONSELHEIRO LOURIVAL ANTÔNIO MACHEDO – Muito bom esse trabalho da Câmara, tratando de religião. É um bom trabalho. Mas sobre religião falo aqui pela rádio, não vejo essa programação da TV, essa Missa do Rio de Janeiro. Mas a Rádio Nacional de Brasília tem lá a Missa já há cinquenta anos. Não sei se aquilo foi instituído por decreto ou se foi uma portaria, o que é

que foi.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Foi o Juscelino que mandou transmitir a primeira missa de Brasília. Foi. Estudei tudo sobre isso, passagem da EBC, a genealogia desses canais aí.

CONSELHEIRO LOURIVAL ANTÔNIO MACEDO – Sei que foi. Não sei é como, se foi só verbal ou se foi um documento.

Agora o que tenho a dizer sobre essa transmissão, é que da Rádio Nacional, por exemplo, ela recebe milhares de cartas sobre a missa. E às vezes fico ouvindo, levanto domingo muito cedo e às vezes ligo o rádio para ouvir o que está se passando. E porque iniciamos essa discussão, passei a ouvir também. A Missa não é aquele proselitismo religioso, não é fazendo propaganda de religião, nem nada. Tenho observado que na Homilia eles pregam valores, valores morais, familiares, éticos. E ainda penso será que tem aquela “pedição” de dinheiro? Viajo muito e vou de carro com o rádio ligado. O espaço comprado das emissoras de rádio é muito grande. É um pastor que compra, ele compra aquele espaço, a igreja dele. Como no caso que você falou, de religiões particulares, às vezes até é esse caso. Mas o Papa João Paulo II propôs uma aproximação das religiões, um ecumenismo. Vejo aquela Missa como uma cerimônia quase ecumênica. O Estado é laico, mas a religião não é proibida. Eu estava vendo, a Marinha está fazendo um concurso para contratação de capelão. Capelão é um pastor. Só a ética pregada no trabalho, na família, os valores morais não são suficientes para complementar nas pessoas essa índole da

moral, dos bons costumes, da família, da união. É preciso da religião. Por exemplo, se fosse no Exército, na Marinha ou na Aeronáutica, só a rigidez das leis deles, o corpo de psicólogos para tratar dos casos que venham a extrapolar, não seria suficiente. A religião vem a ajudar.

Sou de uma família humilde, onde meu pai era operador de máquina agrícola, minha mãe era professora primária e teve sete filhos; em casa sempre tinha dez pessoas ou mais, porque sempre tinha um da família que estava precisando. E se não fosse a religião, acho que não dariam conta de segurar e pregar esses valores para todo mundo. Acredito que deveríamos não só ter esse espaço, mas até abrir espaço, porque são vinte e quatro horas de programação, sete dias por semana. Podia até abrir mais um, acho que não haveria problema nenhum. As religiões complementam esse trabalho, que é da escola, que é da família; ela prega os valores sociais, familiares, éticos.

É isso. Obrigado.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

(Ministro de Estado da Cultura) – Esse é um assunto da máxima importância, define um pouco o perfil da televisão pública. Gosto do relatório, mas acho que têm dois aspectos que não foram captados pelo relator. Gosto do relatório porque ele prega uma responsabilidade do Estado laico diante dessa diversidade religiosa brasileira, ou seja, não somos apenas católicos, a grande maioria é católica, mas temos uma série de outras opções religiosas, ou mesmo não religiosa como está dito aqui; acredito que os ateus são em maior número dos que declaram, os que não acreditam mesmo

tendo formação em alguma dessas religiões. O estado tem que lidar com essa complexidade e dar visibilidade.

Um Estado laico é obrigado a fazer opções, nas suas políticas públicas, com o distanciamento de qualquer das opções religiosas, mesmo que só existisse uma. O caráter laico dá uma racionalidade ao estado, que necessita para desenvolvimento das políticas públicas. Por exemplo, na área de política de saúde, seria um escândalo se o estado brasileiro tivesse se submetido às demandas das autoridades religiosas do catolicismo, de não usar camisinha ou coisas do gênero. O estado é obrigado a ter uma racionalidade para cumprir sua função, que é singular e completamente diferente da função da religião. Portanto, é correto, sob este ponto de vista.

Mas as duas coisas que faltam é o seguinte. Primeiro, há uma maioria no Brasil, uma maioria católica, e isso de alguma maneira não lhe dá direitos e privilégios, mas precisa ser considerado sob o ponto de vista cultural. Quer dizer, a assunção da diversidade, seja em qualquer plano que exista, ela é obrigada a também analisar o contraponto. Digo isso, porque, por exemplo, o Ministério da Cultura começou trabalhando a diversidade lingüística brasileira. Temos mais de duzentas línguas faladas no Brasil, mas evidente que o português é a grande língua e até hoje o Ministério da Cultura não tem um trabalho sistemático de apoio e fortalecimento da língua portuguesa. Evidentemente que trabalhar a língua portuguesa não significa ignorar as outras línguas, gerar um modelo lingüístico que seja opressivo para a existência dessas outras duzentas e poucas línguas. Mas há uma língua que nos une, que tem uma maioria, que os brasileiros falam, e por isso a ordem

das coisas deveria ter sido inversa, ou seja, trabalharíamos no fortalecimento da língua que nos une assumindo que existem outras línguas e que é preciso criar um campo complexo, fértil para convivência dessas línguas sem exigir a extinção das outras nem ignorá-las e oprimi-las, conduzindo-as para a extinção.

No campo religioso isso também precisa ser considerado.

O outro aspecto, esse é mais sutil, está na fala da Tereza. A solução que o relatório propõe é uma solução intelectual, trata a religião de fora, como uma interpretação, uma leitura, seja sociológica, antropológica, seja que abordagem for, nega o fenômeno religioso ao tratá-lo como objeto de reflexão. É importante, é bom, é necessário, faz parte de um complexo geral, mas essa abordagem não nega a possibilidade de algo tão forte na cultura brasileira, que inclusive é detectado pelo relatório, que é a vivência religiosa, a predominância do pensamento mágico da relação com o mundo, não a partir de critérios racionais, mas a partir de critérios outros. Quem não acredita, acha um escândalo. É a mesma coisa, Millôr Fernandes uma vez disse que futebol são onze bobos de cada lado correndo atrás de uma bola, e uma quantidade enorme assistindo aqueles bobos desenvolvendo aquela atividade. Para quem não gosta de futebol está perfeita a definição, mas quem gosta de futebol é um escândalo absoluto tratá-lo dessa maneira. E a religião tem algo disso, quer dizer, de fora analisando as implicações sociológicas, antropológicas do fenômeno religioso, é um fato que é importante, faz parte de todo processo. Mas a vivência religiosa, não sei nem como seria tratar no âmbito de uma TV pública. Estou contribuindo mais para

confundir que para esclarecer. Mas de qualquer jeito, ele existe, é parte da cultura brasileira, se manifesta 24 horas por dia, mesmo que não queiramos.

Lembro-me que meu pai era agnóstico, minha mãe descrente, dizia, sem constituir nenhuma estrutura; e quando os três filhos mais velhos foram presos, procurou advogado e quando o advogado disse que tinha pouco para fazer, ela correu para o candomblé, para poder ver se tinha uma possibilidade de ajudar os filhos dela a se safarem daquela dificuldade. Isso é uma experiência que não é tão privada, particular, é uma experiência generalizada, seja no campo da saúde, seja no campo... Li agora, recentemente, um relatório sobre os últimos momentos do Tancredo, onde levaram um guru desses para tentar curá-lo através de um processo de concentração de força e de energia. Ele era nitidamente um agnóstico, mesmo que com formação católica, e disse que não precisava passar por essa... Parece que o registro jornalístico da frase dele foi assim.

Existe essa dimensão, o pensamento mágico, o pensamento religioso, essas múltiplas facetas. Inclusive as novas religiões estão sendo criadas, o Santo Daime, e a cada dia se cria uma religião no Brasil, porque é latente esse ponto de vista. Será que o correto é apenas analisar o fenômeno, gerar um processo de distanciamento ou a televisão deveria ter, de alguma maneira, uma relação com esse fenômeno, de outra ordem, que seja assumir como parte do nosso imaginário, nossa subjetividade, e, portanto, cabe dentro da televisão.

Tendo a achar que a simples retirada da Missa vai gerar muito mais tumulto do que amadurecimento desse processo público

e democrático da televisão. Não tenho uma solução, tenho mais a aprofundar a problemática do que a solucionática.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Para sua informação, Ministro Juca, não tem só a Santa Missa. Depois dela, hoje tem Palavras de Vida, que é outro programa católico, e dois programas evangélicos.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (Ministro de Estado da Cultura) – Que não dá conta do espectro religioso.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Professor Paulo.

CONSELHEIRO PAULO SÉRGIO PINHEIRO – Acho que essa discussão é um vespeiro, o melhor era ficar calado, mas não me contenho. Vou ser muito rápido: o estado é laico. Não tem essa conversa de querer fazer essa representação de todas as religiões; o Juca dizia que a cada dia criam uma religião. O estado tem que ter grande sobriedade a esse respeito. Creio que essa é a primeira postura. Não conheço, nos vários lugares do mundo, televisões ou rádio públicas que abram tanto espaço para a religião como algumas estações de TV não religiosas abrem. E como a coisa aqui está meio confessional, quero dizer que tenho uma formação católica muito sólida, 23 anos de assistir à Missa, comungar, fazer tudo isso. Mas acho que isso não deve afetar as

nossas decisões. Missa católica não é culto ecumênico. Os dois últimos papas fizeram o possível para sabotar cerimônias incrementando ritos africanos, tudo isso. Transmitir missa não é nunca, por mais que haja Homilia simpática, grandes valores, tudo isso. Isso não passa para as outras religiões.

Gosto do parecer do Daniel, que ele tem essa sobriedade. Talvez concorde também com o junto, pois não dá para ficar tratando só de debate de congresso de sociólogo. Talvez a melhor postura, em termos do noticiário, o que acontece em cada uma das religiões se noticia. Sei lá, Nossa Senhora Aparecida, o Congresso Eucarístico, uma grande concentração evangélica. Penso que tudo deve ser transmitido de uma maneira equilibrada. Essa história de ficar transmitindo culto de uma maneira equilibrada, isso não vai dar certo. Não vai dar certo, pois sempre vai haver uma religião que não estará contente.

Agora, eu não sabia, mas Daniel está dizendo, e Tereza também falou, que já tem duas horas de católicos, tantas horas de...

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Não, não. É só uma faixa aos domingos. Uma hora e quarenta e cinco, aos domingos, dividido entre essas religiões todas.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Não. Perdão, mas aos sábados também tem programa evangélico. São dois momentos em que a TV Brasil divulga, em forma proselitista, rituais ou pregações dessas duas religiões.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – É. Mas não é assim como o Conselheiro Paulo Cesar está falando. Tem uma aos sábados... O Superintendente de Programação vai dar a informação correta.

CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI – Exato. É o Reencontro, aos sábados, que ocupa a faixa de uma hora, e uma hora e quarenta e cinco aos domingos, para falarem de vida e a Santa Missa.

CONSELHEIRO PAULO SÉRGIO RAMOS – São três programas. Quer dizer, acho que o Brasil padece do etnocentrocaticismo, que acho que não é saudável. Para o judeu ver crucifixo em tribunal brasileiro, é uma coisa muito cansativa. Muito cansativa. Houve uma grita enorme, do excelente programa nacional de direitos humanos, número três, porque essa era uma das propostas. Achei que isso seria um vespeiro mesmo. Mas era uma visão muito boa mesmo. Não há estado democrático laico, no mundo, que tenha crucifixo em sala de tribunal.

E como disse, volto ao começo, é um vespeiro esse debate. Penso que a melhor decisão seria uma decisão sóbria em relação a esse assunto religião. Já tem tanta TV... E outro, quantos dias durante a semana, tem a TV católica, a TV evangélica, os pregadores, todos. Quer dizer, um meio de comunicação de um estado leigo, devia ter mais sobriedade em relação a isso. Se tira ou põe Missa, não sei, é capaz de causar um vespeiro tão grande

ao tirar essa missa. Mas começar depois, feito propaganda eleitora, não, essa religião vamos dar dois minutos, esse, não, é não tem, tem uma igreja lá não sei onde, vamos dar um minuto e meio para eles. Isso não dá, não vai se resolver isso nunca.

Gosto do parecer do Daniel, tem essa sobriedade laica. É inaceitável ficar abrindo espaço para mais culto. Não sei se a saída é culto. Quando há um acontecimento, cobre. Missa do Galo, cobre. Agora, ficar todo domingo vendo missa, quem quiser vai à missa. Agora, se isso vai criar um problema terrível, não sei. Isso vocês resolvem. Agora, a minha receita é sobriedade laica, não entrar com essa representatividade religiosa para dar tempo de audiência, que acho isso totalmente equivocado. E quanto a mexer no que existe atualmente, não sei, acho que deve ter gente mais competente para falar sobre isso.

CONSELHEIRO CLÁUDIO SALVADOR LEMBO –

Tereza, a missa entra no Brasil todo ou só no Rio de Janeiro?

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – A Missa é celebrada aqui dentro da televisão, numa capela que tem a trinta anos; vem um Padre da Arquidiocese e ela é transmitida para toda a nossa rede, ou seja, os canais da TV Brasil e toda a rede pública de televisão composta de televisões estaduais, em praticamente todos os Estados menos o Rio Grande do Sul, que agora vamos resolver. Qualquer decisão tem que ser do conselho, a Diretoria Executiva... E, outra coisa, neste momento, daqui para o fim do ano, por favor, pensem num aumento...

A nossa proposta apresentada, Conselheiro Cláudio Lembro, sempre defendi isso, até na Diretoria da EBC, ninguém gosta da minha idéia, mas a minha idéia é a missa de Aparecida, porque é brasileira, é símbolo do Brasil, com Dom Damasceno. É a TV Cultura de São Paulo que transmite, e outras TVs publicam transmitem Aparecida. Agora, o Estado é laico, a televisão é pública, ela tem controle da sociedade, não do estado. Vamos ser controlados pelo Estado.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Não quero propriamente falar, porque inclusive como autor do parecer, quero ouvir as opiniões. Porém só quero fazer a ressalva, que escrevi o parecer, mas ele representa a discussão da Câmara de Educação, Cultura, Meio Ambiente e Ciência. Foi uma discussão longa que tivemos, os representantes da Câmara, que me incumbiram de redigir o parecer. Mas não é de minha autoria pessoal, é de autoria da Câmara. Só para ressaltar isso.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Conselheiro João Jorge.

CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES – Bom dia a todos e a todas; bom dia, Presidente. O Brasil tem muita dificuldade em tomar decisões que beneficiam os brasileiros como um todo. Esse fenômeno da interferência do pensamento tem sido uma das regras no Brasil, desde 1.500, e um dos aspectos mais relevantes disso, quando apresentamos idéias, de que tais

fatos deveriam se manter, mesmo que fossem opressores, por terem valores morais, e por fazer parte da cultura nacional. Ao abolir a escravidão, tivemos essa discussão: o que fazer com os fazendeiros, com os senhores de escravos, como o Brasil se desenvolveria sem a mão de obra escrava, e que já estava arraigado na nossa cultura, a escravidão, como um fenômeno de trabalho, como um fenômeno de geração de riqueza, e que provavelmente não iríamos nos desenvolver se não fosse assim. A experiência da religião no Brasil é muito trágica, se não for parte do genocídio que envolve índios e negros e que envolve populações com religiões e expressões diferenciadas.

No caso mais específico, temos que lembrar que o Estado é laico, o serviço é público, a comunicação é pública, mas não foi sempre assim, pelo contrário, o estado e a religião se confundiam no Brasil; o padroado, uma referência ao momento em que a igreja e o estado era uma única coisa, isso foi rompido em 1889, e ainda assim tem, no ano de 2010, essas reminiscências.

Fiz parte da discussão na Câmara temática, e essas propostas aqui são até flexíveis, se levarmos em conta o candomblé, a umbanda, a penosa perseguição que essa religião que tem valores que foi citada aqui, moveu na Bahia contra o candomblé. Enquanto em Roma o cristianismo foi perseguido durante 333 anos, na Bahia apenas em 1978 o Governador Roberto Santos expediu um decreto proibindo a perseguição das Delegacias de Jogos e Costumes, ao Terreiro de Candomblé. A minha mãe, que tinha um terreiro de candomblé, tinha lá na parede “autorizada a funcionar pela Delegacia de Jogos e Costumes”.

Não vamos falar de valores morais, de valores cidadãos,

de educação cívica, para uma religião que se omitiu durante a escravidão, se omitiu no genocídio à população negra, e que ainda hoje usa um canal de TV pública para em dois tempos – estou falando da religião cristã, que envolve os evangélicos e os católicos – no sábado e no domingo, dizer para milhões de brasileiros que não professam essa religião, que esse é o modo de pensar do mundo, escondendo suas mazelas, suas indignidades, e, mais do que isso, tratando os diferentes de forma diferente.

Penso que o conselho está sendo até brando, porque propõe aqui uma substituição gradual. Mantém, mas ao mesmo tempo dividir esse espaço que é público, de um estado laico, com outras formas de se expressar. O Brasil tem festas que tem milhões de pessoas, no Pará, ou aqui em Aparecida, ou na Bahia, e muitas vezes são festas de diferentes religiões. A Festa de Iemanjá, na Bahia, congrega um milhão de pessoas nas ruas; a Festa da Lavagem do Bonfim, que não é uma festa da igreja católica, mas uma festa de Oxalá congrega dois milhões de pessoas na rua. E todas deveriam ter a mesma importância dentro de um país plural. É constrangedor para mim, um homem de 54 anos, do Candomblé, da Cidade de Salvador, cidade em que os instrumentos foram apreendidos, levados para o Instituto Médico Legal, em que polícia, estado e sociedade fizeram a perseguição religiosa mais expressiva desta nação, ainda ouvir que temos que, numa TV pública, num canal público, num serviço público de comunicação, que esse espaço cedido generosamente, de forma indiferente e diferenciada a um tipo de expressão, significa transmitir valores, significa que deve ser mantido, porque isso vai afetar parte do pensamento brasileiro. A escravidão também era uma coisa nacional, a exploração ainda hoje, de muitos brasileiros,

ainda é vista como uma coisa normal. Exploração, opressão não é coisa normal. Precisa ser rompida, e precisa ser tratada para o bem do serviço público. Vamos ver a experiência da França com a burca e com uma série de coisas. É um estado laico, compreendemos que tem pessoas que expressam outras formas de ser, mas não pode, de forma alguma, ser cúmplices, adotar que uma opressão pode continuar e o estado se omitir. O Estado brasileiro, através da comunicação pública, não pode se omitir com relação a isso, não tenha trinta anos, cinqüenta anos. Pode ter sido o homem que fez Brasília, mas o candomblé foi para lá, e tem em Brasília o Candomblé e a Umbanda, há cinqüenta anos. Essas manifestações precisam estar expressas para essa popularidade. Gostamos de falar da popularidade brasileira da religião e da cultura, só não reconhecemos essa popularidade, só tratamos negativamente, só tratamos com a polícia, com o estado, com artigos, com decretos, com leis que falam, olha, o estado é plural, é diverso, a EBC é plural e diversa, mas temos dois programas, um no sábado e um no domingo, para um tipo de religião, a religião cristã, a mesma que está presente em todos os canais comerciais, de meia noite até seis da manhã, atacando o candomblé, com o silêncio, com a aquiescência, com a omissão do público, do estado brasileiro, do serviço público de todo país, e da Constituição, que deveríamos, ao terminar essa reunião, se não aprovarmos isso aqui, rasgar a Constituição, porque ela propõe um estado laico, público, respeitando as diferenças religiosas, e dando espaço e oportunidades iguais.

Se algum dos senhores me disser aqui que essa programação atual é igualitária do ponto de vista religioso, vou esquecer o que é igualdade; se algum dos senhores me disser que

essa proposta da comissão não é possível de se fazer, vou dizer que não conhecemos igualdade e não queremos conhecê-la. Mas é um vespeiro, mas a opressão no país é muito mais vespeiro. Falava aqui com o ex-prefeito Cláudio Lembro, o ex-governador, a coragem que ele teve quando São Paulo foi atacada por várias coisas, de lhe dizer, olha, esses problemas são decorrentes de uma elite branca, burra, brasileira. A questão religiosa, do ponto de vista do que temos de história, ela também precisa ser encarada, resolvida desta forma.

Esse relatório é muito brando. Ele não diz, olha, tire a Missa amanhã, tire o programa evangélico amanhã, não. Ele propõe uma graduação, propõe a substituição lenta e gradual, para que diferentes formas de se pensar, da religiosidade brasileira, possam se manifestar. Não quero mais que apenas a gente celebre os enterros das nossas ialorixás, babalorixás, de uma forma bonita como estamos celebrando na Bahia, quero que também as expressões do dia a dia dessas religiões possam estar na televisão sendo vistas por todos, já que o assunto, o tema religioso é tão importante para o Brasil, e é importante para o Brasil, não é apenas dentro da religião católica que se ensina valores morais, não, o país inteiro procura o candomblé quando é interessante procurar o candomblé como amparo psicológico, como amparo religioso, como amparo social, como amparo educacional.

Ora se é assim então as várias religiões deveriam ter espaço, ou para debater ou para discutir, ou para apresentar seus símbolos, ou para falar da sua história, da sua origem. Claro que é constrangedor mesmo, ir a qualquer repartição pública brasileira, e a maioria delas são assim, e tem lá o símbolo de uma das religiões,

mas não tem os símbolos das religiões orientais, não tem nenhuma referência ao budismo, não tem nenhuma referência ao espiritismo. Isso é constrangedor mesmo. Não estou aqui, por exemplo, rasgando minha camisa, tirando o meu paletó para mostrar aos senhores que estou de conta. Poderia fazer isso para dizer, olha, essa é a religião predominante. É isso que é feito quando o estado coloca num espaço público o símbolo de uma religião apenas. E podemos superar isso com a comunicação. Aliás, a igreja tem seus meios de comunicação, tem seus canais de comunicação, as igrejas evangélicas têm, e quem não os tem isso são as religiões de matrizes indígenas e as religiões de matrizes africanas, não tem dinheiro para isso, não tem espaço para isso, é tratada de forma subsidiária. E mais do que isso, é perseguida implacavelmente, todos os dias, nesse país, com a aquiescência do estado brasileiro, o estado brasileiro não diz assim, olha, você não pode atacar uma religião da comunicação pública, porque é uma concessão pública. O estado brasileiro não tem coragem de fazer isso, está fazendo isso aqui agora, está me dizendo não, olha, isso está errado, isso não é correto, isso é desigual, mas em nome da tradição de mil e quinhentos, de mil e seiscentos, de mil e setecentos, de mil oitocentos e oitenta e oito, vamos manter essa opressão, essa desigualdade, porque isso nos interessa, de ser da forma brasileira. Essa não é a forma brasileira, pelo contrário, essa é uma forma colonial, que é subordinada, e, mais, na realidade ela nos deixa simplesmente revoltados com essa forma de ser, porque agride as pessoas do Rio de Janeiro, que são do candomblé e são de umbanda, as pessoas do país inteiro, que são de outras religiões. E não dá espaço para diálogo, porque deveria ter um diálogo inter-religioso. Na realidade a programação da TV Brasil, se quiser falar

de religião, não deveria ser ecumênica, mas ser um diálogo inter-religioso, as religiões deveriam se dialogar, conversar, se compreender e superar esse estágio de mil e quinhentos que estamos.

Na realidade, se mantivermos algo diferente disso que está aqui, vamos manter o Brasil de mil e quinhentos, com o viés que tem hoje, é um país europeu, branco, ocidental que tem uma religião judaica romana, que pode, sim, oprimir a qualquer um, da mesma forma que gostamos de dizer que o Islã faz, nos países em que o Islã é predominante. Não precisa ter essa liberdade de ter religião, não precisa ter essa liberdade de comunicar as diferentes de formas de religião, basta ter uma, ou a do Islã ou a da Igreja católica, do sistema cristão evangélico. Isso é deprimente, muito ruim.

Esse parecer eleva o Brasil, avança o Brasil, e traz uma discussão que o atual governo precisa ter, que o Estado brasileiro precisa ter, o Brasil dos brasileiros e não o Brasil de uma religião e de um tipo de gente.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Conselheira Heloísa.

CONSELHEIRA HELOÍSA STARLING – Bom dia, Presidente. Estou de acordo com o parecer, e queria chamar atenção para algumas coisas. A primeira é que não é o estado, é a república. A república não se confunde com a religião, em nenhum caso. E no nosso caso, separou da igreja no final do século XIX.

Parece-me que se o nosso ponto é a república, talvez devesse lidar com a questão da religião, numa TV pública e republicana, e não estatal, em torno daquilo que é comum. O que é comum é que vai caracterizar a nossa capacidade de abordar o tema. E aí talvez o professor tenha razão, quer dizer, estamos lidando com a questão das manifestações, estamos lidando com a questão da informação, estamos lidando com a questão do sagrado, estamos lidando com a questão de como que as religiões lêem o país. Mas não com a cessão de um espaço que é comum a todos para que uma religião, mesmo que ela seja majoritária, porque aí estaremos na tirania da maioria, ela possa ocupar esse espaço, muito embora essa seja uma questão política, portanto, tem de ser enfrentada como tal. Certamente, o arcebispo vai ficar muito bravo.

A outra coisa que penso é que a língua é um fator de identidade de construção da Nação Brasileira e a religião não. Portanto, a maneira como temos de tratar a religião é diferente da questão da língua. O Ministro tem razão sobre a questão da língua, ela constrói a identidade do Brasil e a nossa dificuldade é como vamos combinar todo esse hibridismo que compõe a nação. No caso da religião não é assim, ela não é fator de identidade da nação, ela não constrói a nação, portanto, ela tem de ser tratada como aquilo que é comum aos brasileiros. Nesse sentido, acho que o parecer é correto e acho que é um problema muito complicado do ponto de vista político, que tem de ser enfrentado. O Conselheiro tem toda razão. A República realmente precisa separar, porque não há nada mais constrangedor do que você entrar numa universidade pública ou num espaço público e ter um crucifixo lá.

Isso não é comum aos brasileiros. Pode ser até majoritário, mas não é comum, não faz parte do bem comum.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Sou ateu. Não sou ateu militante, porque no Brasil ninguém é nada militante, não temos religião, mas sou ateu. Pode ser que na hora do desespero ache melhor deixar uma ponta de abertura para o desconhecido. Sou ateu. Já tive a graça da revelação e perdi, então, é pior ainda. Não é que nasci ateu. Fui formado na igreja católica etc. Estou falando isso inicialmente para dizer o seguinte, apesar disso tudo tenho um respeito enorme pela fé dos outros. É uma coisa que me emociona ver uma pessoa com fé em alguma coisa que valha. Não tenho, mas me emociona. Tenho uma atitude muito respeitosa em relação a isso.

Falo isso inicialmente para entrar agora no assunto. Gostei muito do parecer. Creio que a nossa dificuldade aqui é porque já temos um pepino no colo. Reparem só o seguinte, se tivéssemos começando a fazer a TV Brasil e decidíssemos fazer a nossa grade de programação, acredito que não estaríamos discutindo aqui se iríamos botar uma missa no domingo às 7h da manhã. Sinceramente, não estaríamos! Entende? Não estaríamos fazendo isso. Ou um culto do Candomblé ou alguma coisa do gênero. Não estaríamos fazendo isso, porque estaríamos partindo do princípio de que existe uma separação entre o Estado e a

religião. Isso é laico. Não tem por que fazer.

Penso o seguinte: temos um pepino, como resolver o fato de que a principal confissão religiosa no Brasil já tem um espaço na televisão, tirar vai dar uma confusão danada e temos de lidar com um problema político. Mas acho que não devemos, em nome desses problemas, erigir como um princípio de que devemos ter. Ou então é o seguinte, vamos democratizar, todas as confissões religiosas... Teremos um problema extraordinária, porque a igreja Católica, com 2000 anos de existência, ela já produziu um pacote mediático de uma hora, que vai na televisão. No Candomblé, como seria? Não sei como seria. É complicado. E também não é a função. Penso o seguinte: o estado é laico, não cabe proselitismo culto religioso, cerimônia religiosa, com a TV pública, mas temos um pepino, porque já temos alguns. É isso.

Além disso, o parecer tem uma coisa que a mim agrada muito, ele pega a dimensão antropológica e sociológica da religião que tem um peso no Brasil extraordinário. E temos de lidar respeitosamente com isso e de forma a apreender a diversidade. Sírío de Nazaré? Quando tiver a festa de Sírío de Nazaré, isso deve estar bem posto na televisão. Agora, a lavagem do Senhor do Bonfim deve estar bem posto na televisão. Hoje em dia não temos um representante da sensibilidade dos problemas, mas se tiver uma coisa forte em determinada cultura indígena, devemos ter também.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Um quarupe?

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS
(Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Estou dizendo que temos de estar abertos, na nossa programação, e não é apenas no jornalismo, para a dimensão religiosa do País. Por exemplo, acho que a idéia de um programa que discuta as diferentes religiões é uma coisa interessante. Creio que não devemos ter aquela posição laica e até jacobina. Penso que não deve ter nenhum jacobinismo. Devemos ter uma atitude aberta, tolerante, inteligente e amorosa em relação à questão das religiões. Existe a parte da nossa dimensão, não é da minha, infelizmente. Pode ser que na hora que esteja chegando lá perto, eu volte a ser. Não é da minha, mas é da maioria das pessoas.

Acredito, sinceramente, que não devemos exibir cultos religiosos. Como vamos lidar com esse problema concreto? Concordo com a Tereza, não deve lidar de agora até outubro. Para quê? Como vamos lidar? Não sei. É outra discussão. Mas acho que no fundamental, o parecer é bom. Aliás, ele é muito bom, é correto, ele nos dá uma boa base para começar essa discussão.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-

Presidente) – Serei breve. Alguns Conselheiros chegaram tarde e quero reiterar, sobretudo ao Conselheiro João Jorge, ninguém escolheu colocar a missa por etnocentrismo religioso judaico-católico. É preciso reconhecer isso. O pepino a que o Ministro está se referindo é que herdamos isso na grade. Por favor, Srs. Conselheiros! Ninguém chamou a missa para cá, bem como os dois programas evangélicos. Esta diretoria não escolheu programa religioso. Esta grade estava aqui nesta televisão! E muitos Conselheiros falaram como se tivéssemos erigido isso. O Conselheiro João Jorge, por exemplo. Quero deixar claro isso.

Segundo, a proposta é ruim porque nenhum *pitching* dará conta da leitura que deve ser multidisciplinar da diversidade religiosa. Só a própria TV Brasil, chamando um antropólogo, chamando consultores, poderá fazer um programa com qualidade. Também deixei meus laços católicos há muitos anos, desde a adolescência, agora, tenho profundo respeito pela religiosidade do povo brasileiro, tenho profundo respeito pela diversidade, pelas religiões africanas, inclusive, nas quais fui criada. Meu primeiro marido é um dedicado estudioso das religiões africanas. Gosto muito delas. Acho ruim que não tenha. Agora, não é intelectualmente que a gente expressa a diversidade. Esse programa vai ser apenas uma expressão intelectual. Pessoalmente, creio que devíamos ter uma faixa ecumênica com 15 minutos para as principais religiões. É uma opinião pessoal. Esta televisão não é do Estado. O Estado a financia para ser serviço da sociedade, por isso os senhores estão aqui para expressar a diversidade da sociedade, a pluralidade da sociedade. Esta

pluralidade se expressa em diversas facetas da sociedade brasileira, inclusive, na religiosa.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Você falou em 15 minutos? Só para entender.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-

Presidente) – Sim, porque hoje tem a distorção que o Conselheiro João Jorge citou. Aqui há evangélicos e católicos. Por que não temos uma faixa ecumênica com 15 minutos para católicos, 15 para religiões afrodescendentes...

CONSELHEIRA HELOÍSA STARLING – Isso é inviável.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-

Presidente) – Mas é a minha opinião, tenho direito a ela. É minha opinião. Acho que nenhum *pitching* vai dar. Vai sair uma coisa louca. Implementa o *pitching*, se os senhores determinarem. Agora, tenho certeza de que não dará certo. A produção audiovisual independente não tem preparo intelectual para fazer

esse tipo de programa e para lidar com uma questão sensível como essa. Só poderíamos nos equipar para auto produzi-lo. E chamando especialistas! Não seria da nossa cabeça.

Só queria atentar no seu PSD ali, é o seguinte, há duas propostas aqui, acabar com todos os programas e não ter nada... O parecer que é: acabar com os programas todos e substituí-los por um programa interpretativo, um programa de interpretação das culturas.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Isso não está escrito.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Mas é isso! É isso! Não está escrito com essas palavras.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Não necessariamente.

CONSELHEIRO PAULO SÉRGIO PINHEIRO – Seria

possível fazer uma pergunta à oradora?

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Pode. Não sou oradora, só estou manifestando...

CONSELHEIRO PAULO SÉRGIO PINHEIRO – É só uma reflexão. Não daria para separarmos os dois problemas? Definimos uma política e resolvemos o pepino ao lado. Reconheço que é um pepino. Agora, é evidente que o Conselho precisa determinar uma política que vá mais na direção do que se falou aqui do que essa exaltação católica, evangélica. Creio que devíamos tomar uma decisão em relação a esse parecer e decidir sobre o pepino. Agora, misturar as duas coisas...

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – O pepino, o Conselho vai resolver. É o Conselho que vai resolver, que vai aos arcebispos e aos pastores, não vou. A decisão é do Conselho!

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (Ministro de Estado da Cultura) – Vai ser excomungada.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Já fui. Já fiz esse movimento. Já fiz! Já recebi dois engenheiros. Já conversei com o Damasceno. Já fiz um acordo com o Damasceno. Já fiz tudo que era possível no meu âmbito. Agora, quero expressar a minha discordância com o parecer na forma de executar. Ainda que o Conselho aprove a supressão de todos os espaços religiosos e a troca por um programa, um *pitching* não dá conta disso. Não dá! Não dá conta.

A SRA. PRESIDENTE (Ima Célia Guimarães Vieira) – Bom debate. Temos mais 4 inscritos. Já está inscrito? Vou escrever aqui e vamos encaminhando a decisão. A proposta do Prof. Paulo é muito interessante no sentido de que os nossos colegas pudessem discutir o parecer e a política. Depois veremos como resolver essa questão do pepino, do abacaxi.

Professor Mário.

CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JACOBSKIND – Iria colocar algumas questões que já foram colocadas e seria redundância. Agora, realmente, é muito mais do que um pepino, é a chamada herança maldita. Essa é a realidade. Particularmente, acho o relatório muito bom, acho muito interessante. Como resolver essa questão? Se correr, o bicho pega. Se ficar, o bicho come. É

preciso enfrentar. É preciso ter maturidade para enfrentar. Talvez, como a Tereza e o Ministro falaram, nesse momento, vai ser pior a emenda do que você resolver essa questão, solucionar essa herança maldita.

Para não me estender mais, acho que a proposta do Paulo César foi muito boa.

Só para finalizar, o que foi colocado pelo Conselheiro Paulo César, acho que resolve essa resolução dessa herança maldita.

A SRA. PRESIDENTE (Ima Célia Guimarães Vieira) –
Ministro Juca.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA
(Ministro de Estado da Cultura) – Se radicalizarmos verbalmente, não vamos encontrar a solução, vamos reconstituir a possibilidade de pesquisar solução. Acho difícil enfrentar o que está sendo chamado de pepino desligado da discussão conceitual. A discussão conceitual é o que fundamenta, ou seja, estamos perto. Vou retomar a minha intervenção anterior, inclusive, porque houve referência a ela.

Gosto do relatório. O relatório é republicano e tenta corrigir uma distorção brasileira que é passar a idéia de uma homogeneidade religiosa no Brasil. Não existe! Ela tem uma maioria avassaladora. Não faço o preâmbulo do meu amigo Franklin, mas poderia ter feito. É avassaladora. Duas demonstrações disso. E é voluntária. Recentemente, estávamos numa solenidade num Candomblé, na Bahia, e a segunda pessoa do Candomblé, preparando as coisas do ritual, na cozinha, onde se conversa muito, ela disse assim: “Imagine, tem gente querendo me convencer que o orixá tal não é o santo católico tal!” Ou seja, há uma profundidade no processo que foi gerado. A complexidade dos cruzamentos religiosos ultrapassa o nível do matricial, que foi a opressão, a escravidão etc. e tal. Constituiu-se algo muito complexo que define uma coisa que acho que é isso que falta aqui no relatório.

O Estado, obrigatoriamente, tem de ser laico, porque houve essa opção política de laico. Agora, o canal de televisão, ao abrir espaços ou fazer essa discussão que estamos travando aqui, não é a mesma coisa de um tribunal. Um tribunal é a razão de Estado avaliando comportamento de pessoas. A televisão, não só os canais públicos como os privados, tem relação com o público, toda vez que ele descola do público, até baseado em bons princípios, ele perde o significado. O público tem demandas, isso precisa ser considerado, porque não temos de dar resposta só à razão, temos de dar respostas também a essa outra dimensão, porque se não o canal deixa de ser canal. As TVs públicas geradas acharam que não tinham de ser sedutoras e tal, elas tinham de ser

informativa, educativa etc. e tal e perderam o bonde porque... Até a BBC cometeu esse erro lá na origem, saiu dessa idéia e foi disputar dentro de uma idéia de TV pública a atenção e o interesse do público. É importante considerarmos isso, porque é o público que referencia isso.

O caráter caleidoscópico da televisão é inevitável. Uma hora é variedades, outra hora é notícias, hora é uma coisa estratégica para a humanidade, hora é uma brincadeira, porque as pessoas precisam dessa complexidade. Não podemos ter programa cabeça o tempo inteiro. Há uma singularidade que na hora de analisar aqui – é por isso que acho que a radicalização verbal pode atrapalhar – você é obrigado a considerar, porque aqui ele não está falando do tribunal. Uma cruz no tribunal tem um significado, mas uma missa no domingo, o significado é você pegar e passar para outro canal. Não tenho obrigatoriedade de aceitação daquele programa. Sem querer fugir da discussão principal, mas quero dizer que, às vezes, a gente radicaliza e cria uma linha reta, sim. E num momento do tribunal, ali é a casa da razão social que vai determinar o comportamento de fulano, beltrano, da empresa tal, é correto, é incorreto, e merecedora de punição.

Uma televisão não tem esse caráter. Uma televisão é uma oferta de conteúdos, onde o cara pega o canal e faz... Há uma democracia garantida. Por exemplo, a mim não incomoda tanto nenhum símbolo religioso nem quando sou convidado para participar... Já fui a evento muçulmano, a evento católico. O fato de a cruz incomodar, para mim, é no momento em que ela está no

tribunal, em que ela está identificando o Estado como uma opção religiosa. Isso são relatividades, não são termos absolutos.

Segunda coisa, gosto do relatório, mas não gosto das conclusões. Primeiro, a TV Brasil e os demais veículos desenvolverão programas para debater e discutir o fenômeno religioso. É bom que tenha programa desse tipo, mas isso não resolve o problema. A religião não é um objeto de estudo, a TV não é uma universidade. Quer dizer, a religião é uma dimensão da vida humana, individual e coletiva. Ela é vivida não pela razão, mas pelo contrário, você deixa a razão na porta do templo e vai vivenciar outra dimensão de relação com o mundo, com si mesmo, com a transcendência. Se você só admite a religião... Isso, de alguma maneira, é reducionista do fenômeno. Não estou dizendo que não tenho uma solução, mas acho que não temos de radicalizar muito o republicanismo na hora da televisão. Por exemplo, isso aqui não acho que dê uma resposta a esse primeiro item. Pode ter, deve ter programa dessa ordem, estudos, reflexões, mas isso é um contorno problema, isso não é ir até o problema.

O segundo é mais evidente ainda, esse programas não se dedicaram ao proselitismo de uma confissão religiosa, permitida, no entanto, quando couber, a apresentação de rituais, desde que os mesmo ensejem reflexões e debates; ou seja, é uma opção nitidamente de observação externa. Isso é uma ruptura com uma demanda do público. Isso pode nos satisfazer, mas acho que a pequena questão religiosa. É melhor não tratar dessa maneira. Essa obrigatoriedade aqui é de alguma maneira um ponto de vista

agnóstico. É um ponto de vista que subestima a dimensão religiosa como uma necessidade humana.

Vou confessar uma coisa. Quando li, lembrei-me dos meus tempos de 14, 15 anos, que quase todos os livros que lia diziam o seguinte: a contradição principal no plano das idéias entre o materialismo e o idealismo é que não há possibilidade de conciliação. O mundo andou muito para dissolver um pouco ou relativizar essas dimensões de uma forma tão bipolarizada dessa maneira.

Creio que o segundo item é equivocado. Penso que é uma opção que subestima a razão como ente superior em relação a outras abordagens possíveis. E que estão aí na rua, estão nas nossas relações diárias, e como disse o Franklin, ninguém está imune, pode ser que na hora da beira do abismo a gente apele para alguma reserva...

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Mas o Estado continua laico.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

(Ministro de Estado da Cultura) – Sim. O Estado continua laico.

Estou defendendo o Estado laico. Tem de haver o Estado laico nas políticas públicas, agora, uma televisão é um fenômeno específico, singular, não é um tribunal, não é o Ministério da Justiça e suas políticas, ela tem expressividade que precisa ser analisada. De alguma maneira, utilizamos os recursos gerais do republicanismo e não conseguimos compreender a complexidade do fenômeno. E esse segundo item, acho que ele é equivocado. É uma primazia da razão sobre outras abordagens que fazem parte do ser brasileiro, que é reconhecido aqui e até nas páginas anteriores.

O que é chamado de pepino, deixo para os que têm mais lucidez do que eu se deve tirar ou não. Vocês estão defendendo, então, espero que vocês segurem. Nessa rodada, digo taxativamente qual é a... Creio que houve uma simplificação do pensamento republicano em relação a um fenômeno muito específico, que é a televisão, e queria ver como defendem isso. Vou esperar para ver se concordo ou não. Não vou tomar primazia. Creio que não é um fenômeno isolado, faz parte. Se gerarmos aqui uma discussão que de fato dê conta da singularidade da televisão, talvez encontremos a solução, se não vai ser uma opção artificial, manter com medo... Aí, o João Jorge tem toda a razão de dizer que não podemos ter medo. Não pode ser o medo da reação, tem de ser uma lucidez a respeito do fato em si.

A SRA. PRESIDENTE (Ima Célia Guimarães Vieira) – Antes de passar a palavra, tenho mais 4 inscritos. Acredito que tem uma questão de encaminhamento agora. Esse debate é muito

importante e temos ainda mais um ponto de pauta.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA
(Ministro de Estado da Cultura) – Você me permite um esclarecimento? Cabe vistas ao processo?

A SRA. PRESIDENTE (Ima Célia Guimarães Vieira) –
Como seguimos com esse debate? Até o final? Passamos o próximo ponto de pauta para a próxima reunião, no dia 30? Ou tentamos conciliar toda a agenda?

CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI –
Gostaria de dar uma opinião.

A SRA. PRESIDENTE (Ima Célia Guimarães Vieira) –
Você está na vez.

CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI – Já
que mexemos no vespeiro, vamos ter de agüentar as mordidas das
vespas. Esse assunto, de fato, é um vespeiro. Realmente, o

Estado é laico, mas o Brasil vive, na prática, diante das poderosas forças da realidade, uma situação de sincretismo religioso. E, bem ou mal, parece-me que a TV Brasil vem tentando de certa forma, isso acontece há décadas, mostrar esse aspecto ao povo.

Penso que o relatório do Conselheiro Daniel, respeitosamente falando, não deve ser tão radical assim. Devemos ouvir as poderosas forças da realidade. Por meio do nosso jornalismo, filmarmos sempre todas as festas populares, as festas da Bahia, a Nossa Senhora dos Navegantes, no Rio Grande do Sul etc. e tal, mas não devemos abolir o sincretismo religioso. Há um ditado popular que diz: “o povo gosta de dizer que não se discute futebol e religião”. Estamos discutindo aqui religião, acho que é uma discussão a ser aprofundada, a ser dividida por partes, como bem sugeriu o Paulo César Pinheiro. Ela deve ser mais aprofundada porque ela está muito confusa, a meu ver. E parece-me que a confusão que se estabelece não é boa para o desenvolvimento de uma televisão voltada para as massas da população brasileira. Obrigado.

CONSELHEIRA HELOÍSA STARLING – Vou aproveitar que a Tereza não está. Tenho certo medo dela. A hora é agora. Queria dizer que “aceito o argumento, mas não me alterem o samba tanto assim”, porque o que o relatório está colocando como uma questão de princípio republicano é a questão dos rituais. Não é isso? É termos um espaço onde uma TV pública republicana está dizendo que uma missa é executada dentro dela. É esse o

problema. Parece-me que essa é a questão de princípio que o orienta a leitura do relatório.

A segunda questão é a partir daí. Se essa questão de princípio for aceita, vamos poder discutir o seguinte, olha, como vamos dar conta disso que o Ministro Juca falou? Como vamos abordar o tema religioso numa TV pública? Qual é o sentido do público que é capaz de dar conta do tema religioso? E aí isso significa pensarmos no seguinte: como vamos abordar de maneira criativa, inteligente, que faça as pessoas terem prazer em ver, as leituras religiosas sobre o Brasil? Como vamos abordar? Como vamos pensar uma programação que seja capaz de capturar o sagrado? Essas duas questões, parece-me, dão conta da questão republicana, desde que aceitemos o argumento, o princípio que orienta: não queremos dar espaço aos rituais que privilegiem uma manifestação religiosa mesmo que ela seja majoritária no Brasil, porque isso significaria a tirania da maioria.

O terceiro e último ponto, antes que ela volte, é o de que a questão que se coloca a partir daí é a questão política, é “vamos enfrentar o bispo”, se aceitarmos o princípio que orienta o relatório. Se aceitarmos, vamos ter de enfrentar o bispo e ele vai ficar bravo. Na universidade, quando proibi rituais, eles fizeram cartazes dizendo que eu era antiCristo. Minha mãe vai me matar se souber de uma coisa dessa! Creio que essa questão é política, tem de ser ver o melhor momento. Diria Maquiavel, o mal, a gente faz uma vez só. Vamos ver o melhor momento político para fazer essa ação. É isso.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

(Ministro de Estado da Cultura) – Estamos perto da solução.

CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES

– Vamos lá. A Tereza não está, mas vou responder um pouco a ela e depois vou para o parecer. Item por item do parecer para facilitar o nosso entendimento. Primeiro, não disse em momento nenhum que foi a empresa de comunicação que trouxe esses programas, que produziu esses programas. Pelo contrário, falei até da Fundação de Brasília. Tenho plena noção de que isso não está sendo aplicado agora. Concordo com a maioria do que conversamos aqui, mas precisamos tomar uma atitude. O Ministro Juca deu um exemplo com relação a AIDS. Muitos países do mundo, por motivos religiosos, principalmente os países africanos, não querem ter nenhum programa para combater a AIDS, mas um Estado laico precisa, às vezes, ter uma atitude diante das demandas públicas, ou de saúde, ou de comunicação, ou de direitos, ou de acesso à igualdade.

Esse parecer é bem *light*. Tanto a Câmara Temática como o Conselheiro Daniel procuraram usar expressões bem leves e bem simples para superar algo que não é sincrético. O Conselheiro Paulo se equivocou ao dizer que nesse momento há o sincretismo. Não há. Uma confissão religiosa tem espaço público

na TV pública que é a confissão religiosa cristã.

Queria voltar ao parecer com as seguintes coisas. Aprove as seguintes diretrizes ou princípios. No Item 1, onde está escrito: “A TV Brasil e os demais veículos da EBC desenvolverão programas...” seria incluído “para debater e discutir”, porque tira esse caráter de ficar fixo na questão acadêmica ou na questão da ciência política e ficaria o seguinte: “A TV Brasil e os demais veículos da EBC desenvolverão programas sobre o fenômeno religioso brasileiro – poderia até tirar o latino-americano – em âmbito mundial”. No item 2, a expressão “desde que enseja reflexões no debate sobre o fenômeno religioso sairia totalmente e ficaria da seguinte forma: “Esses programas não se dedicarão ao proselitismo de nenhuma confissão religiosa em particular, permitida, no entanto, quando couber, a apresentação de rituais religiosos”. No item 3 já tem uma definição interessante. O parecer já fala que será dado um prazo para que se façam essas mudanças, esse prazo pode ser de 24 ou 48 meses, porque teremos de enfrentar essa questão. É óbvio que não estamos falando de coisas desconexas. Entendemos que o fenômeno religioso é importante para o Brasil, o sagrado é importante para o Brasil, mas estamos diante de uma TV pública na condição de Conselheiros e precisamos fazer isso de forma digna, que leve em conta que rupturas não significam acabar com o que está aí, significam trazer o novo, trazer a igualdade. Essa discussão não é só do sagrado, ela é também da igualdade diante do sagrado. Se apenas considerarmos que estamos falando do fenômeno religioso, espiritual, da relação de cada brasileiro ou brasileira com o seu

mundo religioso, isso é individual, é do fenômeno da experiência própria de cada um. E todos poderemos falar dessas experiências mas precisamos levar em conta a condição da história do povo brasileiro, a organização do povo brasileiro até agora e também que os fenômenos que o Ministro Juca falou do sincretismo, ele foi forçado, imposto. Na realidade, as Yalorixás da Bahia não querem mais dizer que o Orixá Xangô, Iemanjá ou Oxossi têm alguma coisa a ver com a igreja católica, elas romperam com isso. Não precisamos mais coabitar com outras manifestações religiosas porque o tempo da escravidão acabou. Não podemos dizer que uma televisão que tem um programa evangélico no sábado e um programa católico no domingo seja sincrética. Não!. É uma única manifestação. Esse prazo que está no parecer pode ser definido em 24 ou 48 meses. É um prazo para esse assunto ser tratado. A substituição lenta, gradual, como tem sido a democracia brasileira de um tipo de programa por outro tipo de programa ou de fenômeno religioso presente na EBC.

A SRA. PRESIDENTE (Ima Célia Guimarães Vieira) –
Muito obrigada.

Daniel é o último inscrito. Mais alguém deseja se manifestar?

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Penso

que as objeções formuladas aqui ao parecer da Câmara, concernentes à questão do respeito aos melhores valores humanistas que as religiões que têm os espaços na TV formulam, isso está perfeitamente garantido no parecer e de modo algum está questionado pelo parecer.

Essa questão da maioria da religião católica deve ser vista com cuidado. No Brasil, há 20, 30 anos, tínhamos uma minoria de negros e mestiços que hoje é maioria. Essa questão da autoidentificação está ligada também às conjunturas, às pressões. A questão religiosa no Brasil é muito sincrética. Até mesmo com relação aos ateus. No Brasil temos o famoso dito: sou ateu, graças a Deus. Meu pai, por exemplo, era ateu e cultuava Nossa Senhora, desde que sem coroa, porque ele se dizia republicano e não admitia a representação da Nossa Senhora com coroa, porque remetia à monarquia. Até os ateus são sincréticos. De modo geral o povo sincrético é um povo extremamente religioso. O parecer dá conta disso.

O Ministro Juca pegou bem uma parte, o João Jorge já incorporou e também incorporo essa questão. Os programas religiosos, a meu ver, que precisam existir porque a religiosidade é uma dimensão essencial à nossa sociedade, não devem ser discussões, embora essas discussões externas possam existir, mas temos de incorporar as vivências religiosas. No entanto, não serão mais marcadas por uma perspectiva de proselitismo, porque elas não serão repetidas regularmente nem aquilo será monopólio de uma religião ou de outra. Acho engraçada essa insistência: vamos

ter de agüentar a bronca de tal personalidade. Hoje existe uma bronca surda daqueles que não estão representados na TV. Procurei saber, através do nosso eficiente Secretário, as razões e as origens desses programas religiosos e constatei, estupefato, que os programas existem sem nenhum contrato, sem nada por escrito, é tudo na base da tradição oral. Uma ordem do Juscelino, mas onde está escrita essa ordem?

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Não é bem assim.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – E quanto ao programa dos evangélicos, qual presidente deu a ordem? O Secretário fez uma pesquisa sobre documentos que embasem esses programas religiosos. Não existem! É o reino da informalidade, do mandonismo, da tradição que tem poder ou que já teve e que se afirma pela sua própria natureza e não através de pactos formais republicanos. Fiquei estupefato, embora essa estupefação não fosse tão grande porque já desconfiava dela. Foi minha primeira preocupação. Alguém me arranja esse contrato, alguém me arranja o termo formal porque presumo que todos os programas veiculados nas rádios e televisões da EBC são da própria EBC ou são de agências exteriores e os programas são vinculados na base de contratos definidos, escritos, assinados. Não é o que acontece com os programas religiosos. Essa é uma

anomalia, uma excrescência.

Acredito que o parecer está vazado em termos extremamente respeitosos e realistas. Aliás, nessas poucas falas que houve, ele já foi apontado como moderado e radical, o que mostra que ele está procurando um termo médio. Não sei por que nossa Presidente diz que é impossível o *pitching* a respeito. É perfeitamente possível se você definir os critérios. O João Jorge fez a leitura de incorporar as sugestões do Ministro Juca, ou seja, fazer com que os programas religiosos percam esse caráter asséptico e integre a vivência religiosa deles. Com isso ficam resguardados a atenção e o cuidado que as televisões e as rádios públicas devem ter com o fenômeno religioso. Eles haverão de aparecer nos programas. Os programas terão de combinar discussões, debates, festas e vivências marcadas pelo pluralismo. Essa coisa de você ter semanalmente uma missa católica e uma pregação evangélica precisa acabar. Isso é uma tradição forte, estabelecida, mas João Jorge nesse ponto marcou muito bem: esses programas não existem há mais tempo do que existia a escravidão quando ela foi abolida neste País. As tradições são inventadas, são reinventadas e são desinventadas, colocadas num outro plano.

Do fundamental, na sua argumentação central, o parecer devia ser aprovado pelo Conselho.

Admito, no entanto, que possamos prolongar essa discussão. Em função do caráter delicado do assunto, ficou

evidente na discussão que tivemos aqui que demos um tempo maior de maturação para que continuarmos discutindo esse assunto, inclusive para abrir essa discussão. Não tenho nenhuma pressa em deliberar isso. Vamos ouvir os representantes, vamos ouvir o arcebispo, vamos ouvir os evangélicos, vamos ouvir o pessoal do candomblé, o que eles acham de termos uma missa religiosa, católica uma vez por semana. Vamos nos preocupar com a cólera dos poderosos, mas com a cólera também dos não poderosos, dos que têm voz e dos que não têm voz, porque essa cólera existe e é tão respeitável quanto a cólera dos poderosos.

Podemos dar um prazo, mas devíamos fixar um tempo para que essa discussão fique em aberto. Ninguém podia pedir vistas, já incorporando as sugestões do Juca, que o João Jorge foi feliz em incorporar. Modificamos a redação e esse texto é posto em discussão e em circulação. Que a Câmara dinamize essa discussão, que chamem representantes dessas religiões para virem discutir com a Câmara, que de repente se possa abrir em algum outro lugar essa discussão e fixemos um prazo, como o que o Conselheiro Cláudio informalmente chegou a falar: no final do ano, mês de dezembro. Deixamos rolar a discussão, vamos trazendo elementos para a discussão, circulando opiniões contra e a favor entre os conselheiros para que em dezembro possamos finalmente tomar uma resolução madura e que reflita a opinião majoritária do Conselho.

A SRA. PRESIDENTE (Ima Célia Guimarães Vieira) –

Para o final dessa discussão hoje, temos três inscritos: a Tereza, o Ministro Juca e o Paulo. Proponho que possamos ouvi-los para darmos o encaminhamento final, incorporando as sugestões do Daniel, deixando esse documento em aberto para que possamos depois aperfeiçoá-lo. Foi um dos debates mais ricos do Conselho, mas não se esgota aqui e temos de acompanhar.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Não vou discutir o parecer porque a discussão está em curso e qualquer que seja a conclusão do Conselho, vamos implementar, como nunca deixei de implementar nenhuma decisão. Como sou a pessoa da Diretoria Executiva que mais se encarrega e se empenha a atender o Conselho. Há três dias não faço mais nada a não ser preparar a audiência pública.

Quero falar para os Conselheiros que tenho direito à opinião. O que me garante a opinião no Conselho é a lei e o Estatuto. Vejo muito incômodo com minha opinião. Tenho direito regimental à opinião aqui como tenho a obrigação de implementar as decisões do Conselho. Nunca uma recomendação do Conselho deixou de ser implementada. Qualquer que seja a recomendação do Conselho sobre essa questão, é possível que não esteja mais aqui, porque a discussão é mais complexa, mas estando na Diretoria da Presidência, vou implementar. Não vou discutir, portanto, a implementação.

Quero discutir sim, Conselheiro Daniel, as informações não chegaram corretamente. Não é assim. Não é assim que aqui todo mundo chega. Não dou conta de tudo na EBC. Há um convênio FUNTV, antes da Fundação Roquete Pinto, que é antes da ACERP, que é antes da EBC. Há um convênio da FUNTV com a arquidiocese sobre a missa. Sei que ele existe porque temos um convênio com a FUNTV. Achar esse documento aqui é difícil, mas existe. Então não é assim. Herdamos o pepino, como disse o Ministro Franklin. A ACERP da diretoria passada fez contrato sobre os programas evangélicos para ganhar recursos. Sei até o valor. Se a SERPE não lhe deu você devia ter voltado a mim, porque sei até o valor. Foi venda de espaço, foi por razões financeiras ou sei lá. Não é assim, as coisas não acontecem assim aqui. Houve uma decisão do Conselho de Administração da EBC, presidida pelo Ministro Franklin, de a TV Brasil e as rádios e todos os nossos canais honrarem todos os acordos que herdamos da Radiobras e das outras instituições que foram unificadas. Por isso temos honrado até agora inclusive os programas religiosos, todas as questões que estavam em grade fomos administrando. A que tinha programa de espaço tinha venda de horário ao vivo para OAB, e havia dezenas de outros problemas que enfrentamos. Agora, houve uma deliberação nesse sentido de honrar os contratos e desativaram. Esse seja talvez o último pepino que tenhamos e aponte também os telecursos que são coisas de outra era.

Queria dar esse esclarecimento e deixar claro ao Conselho que implementaremos qualquer deliberação.

A SRA. PRESIDENTE (Ima Célia Guimarães Vieira) –
Ministro Juca.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA
(Ministro de Estado da Cultura) – Creio que o Conselho reconhece o seu direito. É parte do processo.

Todo mundo está de acordo que há um ganho monstruoso para a TV Pública nesse relatório que é a afirmação do caráter republicano diante das religiões. Ninguém foi contra isso. Há aqui um veredicto contra uma tradição de privilegiar uma religião e todos estão de acordo, mesmo que tenham interpretações diferentes. Dessa parte conceitual, não propositiva, só tenho problema com uma frase que é a seguinte: “Em virtude dessa circunstância de fundamental importância que a TV Brasil e os demais veículos da EBC considerem religiões e o fenômeno religioso”. Maravilha. Mas esta frase: “Através de programas que reflitam sobre e discutam o tema com a profundidade e o respeito que o mesmo merece”. Na verdade não é nem com a frase, mas sim com o termo “reflitam sobre e discutam”. Incorporo o grau de coesão a que chegamos quando você falou muito apropriadamente vivência. Se tirarmos “reflitam sobre e discutam”, tiramos o caráter de distanciamento e da razão. Ficam menos desequilibradas essas coisas, é uma homenagem à cultura do povo brasileiro se fizermos isso.

Só queria abrir um parêntese. Nós da geração de 60 em geral subestimamos a importância dos rituais, fez parte do processo, mas as vivências religiosas se dão principalmente, não exclusivamente, através dos rituais. Os rituais são os processos constituídos a partir dos dogmas e princípios de cosmo visão da religião para permitir que as pessoas, independente do grau de iluminação pessoal, possam ao se entregar àquele ritual ter a possibilidade da transcendência da condição cotidiana e vivenciar. Separar proselitismo de ritual acho que é relativamente importante para completar esse movimento que estamos fazendo ao assumir a vivência. Uma coisa é o proselitismo, essa religião é a melhor do mundo, os outros são horríveis. A outra coisa é o momento da concentração já a partir do ritual para vivenciar aquele princípio.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Você me permite um aparte?

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA
(Ministro de Estado da Cultura) – Permito.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – O ritual repetido regularmente vira...

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

(Ministro de Estado da Cultura) – Concordo com isso, principalmente quando é monopólio de uma delas ou duas delas. É isso que estou tentando ver se ajustamos para ser o mais generoso possível.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – E têm

as duas incorporações que o João Jorge fez.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

(Ministro de Estado da Cultura) – A parte João já retirou e daria um caráter generoso.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Concordando com tudo isso, penso que não devíamos deliberar.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

(Ministro de Estado da Cultura) – O que fazemos aqui é uma pactuação, acho até que o piscar da luz foi espírito de Brizola que queria um socialismo moreno, a razão republicana e ao mesmo tempo uma concessão para esse mundo complexo que vivemos a partir desse profundo sincretismo.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Creio que podemos incorporar essas sugestões e fazer com que o texto...

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA
(Ministro de Estado da Cultura) – ...que seja colocada a discussão sem deliberação. É um texto para discussão pública sem deliberação. A discussão vai ser importantíssima para consolidar...

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS
(Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Penso que a Comissão poderia voltar a trabalhar. Quem tiver contribuição traz para uma próxima reunião, pode ser a próxima ou outra, voltamos a discutir o parecer, ainda sem estar obrigado a concluir.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

(Ministro de Estado da Cultura) – Isso. E em certo momento optamos por colocar em debate público.

CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI – Acredito que a Câmara deveria redigir uma nova versão e circular com antecedência, de modo que isso eventualmente pudesse atender o diálogo por e-mail, mas seria desperdiçar essa região se daqui o relator não propiciasse um novo texto, porque senão vamos perder essa discussão. E é um grande consenso salvo melhor juízo.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Vou fazer a seguinte proposta: já incorporamos as sugestões que o João Jorge fez, estão perfeitamente incorporadas, fazemos circular o texto já com as mudanças e vamos tentar dinamizar, a Câmara reunida propor uma forma qualquer de dinamizar essa discussão até dezembro, onde teremos o amadurecimento e propor essa metodologia para o Conselho.

O SR. LAURINDO LEAL FILHO (Ouvidor Geral) – Só um registro breve no encerramento dessa parte para dizer que se a Ouvidoria nesses dois anos não tivesse feito nada, só o fato de termos tido essa discussão a partir das demandas que chegaram à Ouvidoria, já me sinto plenamente realizado nesse trabalho. Foi

através desse canal e as primeiras demandas mais fortes que chegaram à Ouvidoria desde que ela foi instalada foram essas em relação à questão dos programas religiosos. Foi muito forte e dá para perceber, isso está à disposição de todos, não foi nada articulado, são pessoas de vários lugares do País se manifestaram tanto em relação à rádio porque a rádio, principalmente em Brasília e no interior, o problema não é a televisão, mas a rádio, é a missa da Rádio Nacional, mas com a TV com posições mais fortes, mais categóricas, fazendo relações com a questão do estado laico, etc. E naquele momento, quando trouxe isso para o Conselho, isso está nos Anais do Conselho, no nosso relatório da Ouvidoria, propúnhamos de alguma forma um trabalho que vejo agora bem avançado. Nunca a Ouvidoria propôs simplesmente a supressão desses programas. Pelo contrário, a discussão é uma política a médio e longo prazo que levasse realmente à retirada da grade.

Queria registrar só esse momento que para mim mostra que o trabalho está sendo útil para o cidadão. Espero poder, o mais rapidamente, com autorização do Conselho, informar a todos os cidadãos o andamento desse trabalho. Não temos uma decisão por escrito, mas a possibilidade de informarmos em que pé está o andamento, o Conselho autoriza.

A SRA. PRESIDENTE (Ima Célia Guimarães Vieira) – Vamos finalizando. Gostaria de lembrar que a Câmara que discute esse tema é a Câmara de Educação, Cultura, Ciência e Meio Ambiente. Essa Câmara tem apenas 4 componentes – Daniel,

João, Heloísa e eu e mais 4 Conselheiros precisam também definir suas Câmaras de atuação, como a Câmara de Cidadania e Direitos Humanos, Cinema, Dramaturgia e Rádio, que ainda não começaram os trabalhos. Peço que conversemos ainda hoje com o Diogo para que os outros Conselheiros possam se inserir nessas Câmaras.

No dia 30 de junho temos a próxima reunião, às 14 horas, em Brasília. Não há jogo da Copa do Mundo, temos uma revisão do Regimento Interno. Estamos funcionando ainda sem a Vice-Presidência no Regimento, as Câmaras temáticas não estão no Regimento, precisamos modificar. A apresentação da Agência Brasil agora é operador da rede digital. Por enquanto temos esses temas a serem tratados. Vamos voltar com o momento de ouvidoria.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO –

Gostaria de sugerir um tema. Não sei se está compreendido nesse último ponto que você falou do digital, como você disse?

A SRA. PRESIDENTE (Ima Célia Guimarães Vieira) –

Operador digital será discutido hoje.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Queria sugerir que fizéssemos uma reunião, um seminário, não sei como conceituar isso, para discutir aspectos técnicos que são importantes para nós e não temos muita informação sobre isso. A Ouvidoria traz para nós críticas freqüentes sobre a questão técnica, audição, imagem, acesso. Se pudéssemos dar maior clareza a respeito dessa questão, embora nossa Diretora Presidente informou que essa questão só vai ser radicalmente transformada com a TV Digital, mas, no entanto, isso está anunciado para daqui a alguns anos, antes disso não podemos avançar e conquistar melhorias porque isso realmente é um problema que afasta a nossa potencial audiência.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Deixe-me falar uma coisa rápida, Presidente. Já que não vamos apresentar operador de rede, temos agora no Conselho um especialista. Queria pedir ao Garcez que apresentasse o projeto para ele do operador de rede digital pública para que, na próxima reunião, ele conheça nosso projeto e possa fazer uso dos seus conhecimentos para crítica do projeto ou comentários.

A SRA. PRESIDENTE (Ima Célia Guimarães Vieira) – Vamos conversar sobre essa sua sugestão, Daniel e ver se incluímos na próxima reunião.

Tem mais algum assunto? Estamos finalizando.

Agradeço a presença de todos. Teremos um almoço aqui no mezanino.

Obrigada a todos.